

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CIÊNCIAS FILOSÓFICAS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
CONVÊNIO UFSC / UNIPLAC

PROFESSORAS E SINDICATO (1988 - 1998)

JOSÉ BATISTA DA ROSA

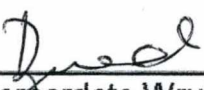
FLORIANÓPOLIS, SC
2001

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA


**PROFESSORAS E SINDICATO:
(1988-1998)**

José Batista da Rosa

*Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:*



Profa. Dra. Bernardete Wrublevski Aued
Orientadora



Profa. Dra. Ione Ribeiro Valle
Membro



Prof. Dr. Fernando Porite de Sousa
Membro

Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, agosto de 2001

JOSÉ BATISTA DA ROSA

PROFESSORAS E SINDICATO (1988 - 1998)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, pela obtenção do grau de Mestre sob orientação da Professora Dra. Bernardete Wrublevski Aued.

FLORIANÓPOLIS, SC
2001

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação tornou-se possível também pelo envolvimento de muitas pessoas. E nominá-las, implica o risco de esquecer alguém, portanto a todos que contribuíram direta ou indiretamente nossos sinceros agradecimentos, pois são pessoas que estão presentes, neste trabalho, de diversas maneiras como através das observações feitas, do empréstimo de obras, da apresentação no processo seletivo, da pesquisa na internet, da concessão de entrevistas, do incentivo, do estímulo, da valorização, do reconhecimento e dos questionamentos...

Existem ainda aqueles que são imprescindíveis para a concretização deste trabalho, como Bernardete Wrublevski Aued, orientadora, amiga, responsável e pontual nas suas observações. Por sempre desempenhar com simplicidade e

firmeza a orientação, visando à conquista do objetivo, o profundo agradecimento e reconhecimento pela postura teórica.

Leila Marilda Figueiredo, ex-professora de ensino médio, colega e amiga que socorreu no momento certo, prestando seus conhecimentos na correção do projeto de pesquisa.

Maria Janete Vanoni, colega de trabalho no ensino superior, batalhadora do magistério, que contribuiu com a correção desta versão, sendo bastante questionadora por conhecer o objeto de pesquisa, e com a capacidade de fazer os cortes certos nas arestas insignificantes.

Roselene Bertoto Schmitz pelo trabalho de diagramação e cuidado técnico, para que as "coisas" fiquem no lugar certo.

Às professoras das escolas, objeto da pesquisa (Capão Alto, São Joaquim e Lages), sujeitos de informações que não mediram esforços para responder ao questionário.

Às instituições UNIPLAC, UFSC, SINTE, SED, CRE, ESCOLAS (Escola Básica Belilsário Ramos, Colégio Estadual Aristiliano Ramos, Colégio Estadual Emiliano Ramos, Colégio Estadual Manoel Cruz e Colégio Estadual São José) que contribuíram para que o resultado fosse positivo e proporcionador de um novo impulso no trabalho pedagógico regional.

Aos colegas de Curso, Sociologia Política, com quem aconteceram momentos significativos de discussões, brincadeiras e amizade.

As(os) colegas do curso de Pedagogia, Matemática e Educação Física, da UNIPLAC, em Lages, e das extensões de São Joaquim e Urubici (Pedagogia), sujeitos pedagógicos com os quais convivemos momentos didáticos e pedagógicos que impulsionaram para o aprendizado.

DEDICATÓRIA

Ao meu pai - Alano - homem simples com seu jeito próprio e singular, que não teve inserção na cultura letrada, é analfabeto das letras, mas não das responsabilidades sociais.

À minha mãe - Anita - conhecedora dos desafios mais severos do trabalho de professora, caminhando quilômetros para chegar até a sua escola e ministrar as aulas, professora primária, a condutora de nossa educação.

Ao irmão Geraldo (Caco) que não convive com o mundo das letras, mas nem por isso deixa de lançar seus sonhos.

Aos demais membros da família, todos trabalhadores, irmãos e irmãs, cunhadas, cunhado, destes alguns também são trabalhadores em educação (Tunico, Geni e Vilmar).

Abetilda, esposa, companheira e educadora de nossos filhos.

Max, o primogênito, contribuiu com este trabalho na hora dos apuros técnicos com o computador.

Emilyn e Mahyra (Manas), filhas que prometem pelo seu grau de responsabilidade.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
DEDICATÓRIA	vii
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE QUADROS	xiii
LISTA DE GRÁFICOS	xiv
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
SIGLAS	xvii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	8
IDENTIDADE DA PROFESSORA	9
De vocação a caminho da profissão.....	10
As primeiras escolas em Lages.....	23
A professora serrana.....	35
Uma jornada de trabalho intensa.....	47

CAPÍTULO II	55
PROFESSORAS E SINDICATO NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA	56
Construção do Sinte.....	59
Sindicalização.....	61
A dialética na passagem de associação à sindicato.....	67
Sindicato dos Trabalhadores - Lages.....	77
O Sindicalismo no caminho dos trabalhadores brasileiros..	78
Sindicalismo varguista.....	84
O novo sindicalismo - a combatividade.....	89
CAPÍTULO III	96
TRABALHO PEDAGÓGICO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	97
O trabalho da professora.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição do número de educadores por gênero	17
Tabela 2. População urbana e rural de Lages - 1960/2000	27
Tabela 3. Nome das escolas e a sua denominação, no município de Lages.	33
Tabela 4. Nome das escolas e a sua denominação na região da Amures, exceto Lages.	34
Tabela 5. Nome das escolas e a sua denominação, na região da Amures incluindo Lages.	34
Tabela 6. Curso de graduação freqüentado pelas professoras	40
Tabela 7. Satisfação no trabalho	50
Tabela 8. Percepção do sindicato pela base	61
Tabela 9. Sindicalização no Estado de Santa Catarina e Região Serrana	62
Tabela 10. Filiação dos Trabalhadores em Educação no Serviço Público Estadual do Sul	63
Tabela 11. Motivos da não Filiação	64
Tabela 12. Motivos da Filiação no sindicato	64

Tabela 13. Sindicatos urbanos e rurais entre 1964 e 1984.	87
Tabela 14. Sindicalização em alguns países europeus.	88
Tabela 15. Sindicalização nas regiões brasileiras.	89
Tabela 16. Elementos desmotivadores no trabalho.	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Unidades Escolares Pertencentes à 7 ^a CRE	29
Quadro 2. Anos de experiências e situações vivenciadas pelas professoras	36
Quadro 3. Presença do Sinte na Organização das Professoras	68
Quadro 4. Composição do Quadro do Magistério	76
Quadro 5. Carga horária de trabalho do magistério público	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Formação das Professoras nas Séries Iniciais.	37
Gráfico 2. Formação das Professoras no Ensino Fundamental	38
Gráfico 3. Formação das Professoras no Ensino Medio.	39
Gráfico 4. Formação das Professoras no Ensino Superior.	41
Gráfico 5. Séries em que atuam as Professoras Pesquisadas.	42
Gráfico 6. Hora de Trabalho das Professoras.	107

RESUMO

Professoras e Sindicato (1988 - 1998), é uma investigação sociológica acerca do magistério público estadual, no Planalto Serrano de Santa Catarina. Tem como ponto de referência empírica cinco escolas de três municípios serranos: Lages, São Joaquim e Capão Alto.

Uma das formulações iniciais era de que não existia alto índice de filiação entre as professoras junto ao Sinte, mas a pesquisa apontou o contrário.

As filiações, porém, quando confrontadas com o grau de envolvimento nas lutas das professoras, revelam uma certa disparidade, pois não se traduzem em participação política. Para algumas professoras, assinar a ficha de filiação é o suficiente, o restante a diretoria se encarrega de realizar.

Nesta pesquisa procura-se perceber quem são estas professoras, para tanto são enfocadas três categorias:

a) A identidade da professora, analisando os aspectos de vocação, sacerdócio, parentesco no magistério; a construção da professora trabalhadora; os anos 70 exigindo uma nova identidade e suas contradições. Ainda com relação à identidade enfoca-se o aspecto profissional na educação.

b) Professoras e a construção de uma identidade coletiva que se faz após o processo de abertura política instaurado, no país, no final da década de setenta. Até então as professoras e demais servidores públicos estavam proibidos de organizarem-se em sindicatos.

c) Por último, a precarização do trabalho docente observado sob as mais variadas formas, seja do ponto de vista econômico, ou legal. Na região em estudo, mais de 50% das professoras são admitidas em caráter temporário e sem regulamentação.

ABSTRACT

Teachers and Syndicate (1988 - 1998) is a sociological research about the public state professorship, in the Highlander Altiplane of Santa Catarina. It has as point of reference the empirical information coming from five selected schools that make the sample of the present research, by involving three highland municipalities: Lages, São Joaquim, and Capão Alto.

One of our starting points was that there was not a high filiation index among the teachers in the Sinte but, the research showed the contrary.

Yet the filiations, when confronted with the degree of involvement in the teachers claims, show a certain disparity. The filiations are not converted into political involvement. For some teachers, the mere fact of fulfilling the affiliation card is enough, leaving all the other responsibilities to the administration

In the necearch we try to identify who those teachers are and so we focus three categories:

a) The teacher's identity, by analysing the aspect of vocation, priesthood, relatives in the professorship; the building up of the teacher as a worker, the 70's asking for a new identity, and the resulting contradictions. Moreover, concerning identity, we focus on the professional aspect in education.

b) Teachers and the building up of a collective identity: which happens after the political process of aperture is implanted, in the country, in the 1970's. Up to that time, teachers and other state workers were strictly forbidden to get organized in syndicates.

c) Finally, the precariousness of the teaching work that we noticed under the most different forms, both under the economic and legal point of view. In the region under research, a great ammount of over 50% of the professorship are temporarily hired with no regulations.

SIGLAS

AAESC - Associação dos Administradores Escolares de Santa Catarina

ABC PAULISTA - Santo André, São Bernardo e São Caetano

ACT - Admitido em Caráter Temporário

ALISC - Associação dos Licenciados de Santa Catarina

AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana

ANAMPOS - Associação Nacional dos Movimentos Populares

AOESC - Associação dos Orientadores Educacionais de Santa Catarina

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

APAS - Associação de Pais e Amigos dos Surdos

APP - Associação dos Professores Públicos do Paraná

APROL - Associação dos Professores de Lages

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

ASESC - Associação dos Supervisores Escolares de Santa Catarina

CEA - Centro de Educação de Adultos

CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos

CEPERS - Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul

CGT - Central Geral dos Trabalhadores

CIL - Colégio Industrial de Lages

CIMI - Conselho Indigenista Missionário

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

COB - Congresso Operário Brasileiro

CONCLAT - Congresso da Classe Trabalhadora

CONCUT - Congresso da Central Única dos Trabalhadores

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRE - Coordenadoria Regional de Educação

CSC - Corrente Sindical Classista

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

EUA - Estados Unidos da América

FACIP - Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

FS - Frente Sindical

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MDB - Movimento Democrático Brasileiro
NEP - Núcleo de Educação Popular
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNLD - Plano Nacional do Livro Didático
PSD - Partido Social Democrático
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação
UDN - União Democrática Nacional
UnB - Universidade de Brasília
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USI - União Sindical Independente

Perguntas de um trabalhador que lê
(Brecht)

Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem a ergueu outras tantas?
Em que casas da Lima radiante de ouro
Moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros
Na noite em que ficou pronta a muralha da China?
A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.
Quem os levantou?
Sobre quem triunfaram os césaes?
A decantada Bizâncio só tinha palácios
Para seus habitantes?
Mesmo na legendária Atlântida,
Na noite em que o mar engoliu,
Os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Ele sozinho?
César bateu os gauleses.
Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
Felipe da Espanha chorou quando sua Armada naufragou
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Uma vitória em cada página.
Quem cozinhava os banquetes da vitória?
Um grande homem a cada dez anos.

Tantos relatos.

Tantas perguntas.

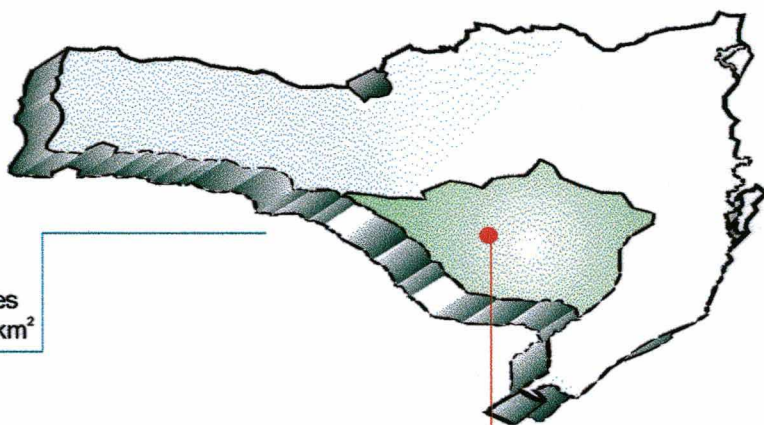
Brecht, apud Cotrim, p. 65 e 66, 1997.

"A melhor maneira que a gente tem de fazer alguma coisa que não é possível ser feita hoje é fazer hoje aquilo que pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer" (Freire apud Proposta Curricular de Santa Catarina, p. 14, 1998).



Mapa do Brasil

População: 169.590.693 habitantes
 Extensão territorial: 8.547.403,5 km²

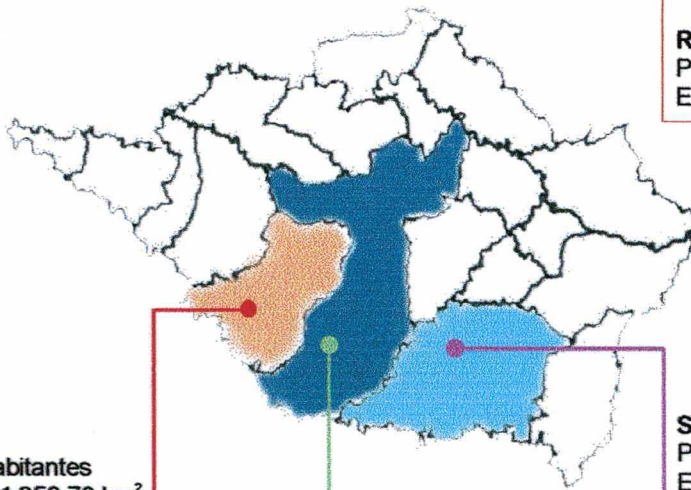


Mapa de Santa Catarina

População: 5.349.580 habitantes
 Extensão territorial: 95.442.90 km²

Região Serrana

População: 285.283 habitantes
 Extensão territorial: 16.271.90 km²



Capão Alto

População: 3.001 habitantes
 Extensão territorial: 1.350,70 km²

São Joaquim

População: 22.780 habitantes
 Extensão territorial: 1.888,10 km²

Lages

População município: 156.406 habitantes
 População cidade: 152.320
 Extensão territorial: 2.645 km²

Localização dos Municípios onde foi realizada a pesquisa.
 Fonte: IBGE/ Lages/ 2001.

INTRODUÇÃO

O objetivo central desta dissertação é estudar aspectos da identidade das professoras no serviço público estadual e a relação com o sindicato.

Ao longo de uma década as professoras têm construído o seu modo de trabalhar e de ser profissional professora. Esta construção revela tanto o modo de agir e de pensar pessoais como coletivos, pois, ao mesmo tempo em que a professora constrói a sua identidade, demarca também seu espaço pedagógico.

O ser da professora perpassa por traços religiosos e políticos, fazendo com que ele internalize práticas e hábitos que passam a mesclar a sua condição de profissional da educação ancorado, às vezes, no pressuposto confessional, outras vezes, na condição de trabalhadora em educação.

A influência dos jesuítas, no início da colonização brasileira, marca o modo de ser professor de tal forma que as atuais definições profissionais acham-se próximas da educação religiosa. Assim a educação escolar é responsabilidade da mulher, uma vez que se atribui a ela condições de desempenho educacional das crianças.

No município de Lages, a educação formal, no início do século XIX, é inspirada na filosofia religiosa e marca a identidade da professora, construída dentro da percepção confessional. E, apesar da instalação da escola pública numa perspectiva independente, de cunho laico, ela continua praticando uma pedagogia enraizada na identidade religiosa. Embora haja a presença das duas realidades educacionais, a confessional e a laica, predominam as práticas pedagógicas confessionais que delimitam a definição da profissão do magistério como "sacerdócio": ser professora é um dom divino e isto perdura até os anos 70, do século XX. A partir daí prevalece outra característica, a da professora profissional e, conseqüentemente, de desempenho de outras práticas pedagógicas. O sindicato, contribui para dar esta visibilidade do exercício pedagógico.

Diante da pluralidade de possibilidades para investigação acadêmica, optamos por apreender aspectos da identidade da professora e sua relação com o sindicato. Muito embora o Sinte seja constituído dos diversos segmentos que atuam na

escola (merendeiras, serventes, supervisoras, orientadoras, administradoras, vigias), delimitamos o universo empírico somente com o segmento de professoras. Desta forma os questionários foram aplicados envolvendo o universo de professoras, os demais segmentos não responderam o questionário.

Os apontamentos registrados, refletem parte da realidade de vivências das professoras que constróem a educação nas circunstâncias dadas, muitas vezes, indo muito além das condições materiais disponibilizadas.

Na metodologia utilizada foram aplicados questionários, gravações de entrevistas concedidas por algumas líderes do movimento sindical e o registro de conversas informais.

Jornais, congressos, greves, paralisações e manifestações em geral são matéria-prima para esta obra que revela, em alguns momentos, a forma como as professoras se auto definem; em outros, como as professoras são definidas.

O desafio metodológico em organizar as idéias, acertar os fios, conjugar as informações para ter como resultado esta dissertação, constitui-se numa dificuldade na construção/desconstrução de conceitos e de formas de pensar. Muitas vezes, as informações coletadas da prática desbancam as "seguranças" teóricas, daí a necessidade de (re)escrever, de redefinir, segundo as bases concretas advindas da observação e informações da pesquisa.

O ato de produzir esta peça dissertativa, requer uma reflexão complexa, pois os fios vêm de todos os lados e é preciso manter o objetivo para construir a tecitura com tantas idéias se cruzando.

O recorte feito compreende o decênio (1988 - 1998), período que demarca a transformação das associações de professores, existentes no Estado de Santa Catarina, em organização sindical, abertura dada pela Constituição em 1988. A transformação de associação em sindicato, os reflexos na organização dos professores, as resistências estabelecidas, os ganhos políticos e o significado destes para as professoras são aspectos evidenciados neste trabalho.

A seleção dos municípios, para a aplicação dos questionários, segue uma escolha a partir de critérios pré-estabelecidos.

a) Em Lages, selecionamos como objeto de estudo, duas escolas: a primeira, Escola Básica Belisário Ramos (a escola onde atuo como professor de Ensino Fundamental). Esta participação facilitou a aplicação dos questionários. A outra escola, também do município de Lages, é o Colégio Estadual Aristiliano Ramos. Esta unidade escolar foi selecionada por situar-se na região central da cidade e se colocar como vanguarda nas mobilizações do magistério.

Nas duas escolas lageanas tivemos boa aceitação para a aplicação dos questionários e as professoras colocaram-se à disposição para respondê-los.

b) Em São Joaquim, selecionamos o Colégio Estadual São José, pois informações prévias permitiram perceber no coletivo das professoras um elevado nível de organização e participação nas ações sindicais estaduais, constituindo-se em uma espécie de sub-regional de Lages em termos de organização da categoria dos professores. As professoras desta unidade escolar compõem coordenação local do sindicato.

O Colégio Estadual Manoel Cruz foi selecionado devido à amizade e conhecimento com a direção e muitas professoras, fato que facilitou a aplicação dos questionários. A participação das professoras foi expressiva nesta escola.

c) No município de Capão Alto, a escolha para a aplicação dos questionários recaiu sobre a Escola Estadual Emiliano Ramos (de pequeno porte, com características rurais e é a única estadual naquele município), porque não há professoras filiadas ao sindicato.

Esta dissertação acha-se organizada em três capítulos. No primeiro, realizamos uma abordagem da identidade da professora, analisando o percurso do aspecto confessional, à presença sindical na organização das professoras designadas de trabalhadoras em educação.

O segundo capítulo privilegia aspectos da história do sindicalismo no Brasil, os vários momentos de organização da classe trabalhadora com a presença de comissões de fábrica, as primeiras instâncias organizativas e o mutualismo.

Analizamos também, brevemente, a organização dos trabalhadores, na era getulista, e suas formas de incorporação ao sindicato como sendo um apêndice do Estado, quando o governo transforma o sindicato em prestador de serviços sociais. Na ditadura, o sombreamento que invade a organização social dos trabalhadores, as perseguições, o período de clandestinidade dos atores políticos à frente do movimento sindical.

A seguir destacamos o processo de abertura "democrática", instalado a partir de 1985, momento quando foi propiciada a retomada do sindicato, enquanto instrumento de organização dos trabalhadores independentemente do braço do Estado. Este é conhecido como o momento do "novo" sindicalismo. Nesta época constrói-se a possibilidade dos servidores também organizarem-se em seus locais de trabalho, tendo como vanguarda a organização sindical. É neste contexto que as professoras fundam o seu sindicato.

O terceiro capítulo aponta para o momento de organização da categoria das professoras, da segunda metade dos anos oitenta, até os anos noventa, quando ocorre o arrefecimento das lutas e a precarização dos trabalhadores em educação. A

"industrialização", implementada pelo setor privado, alcança a organização escolar. A escola passa a ser tomada por novas tecnologias sem, muitas vezes, as devidas condições de preparação das professoras.

Os trabalhadores passam a enfrentar dificuldades com a ascensão das formas de sub-contratação.

As circunstâncias em que produzimos este breve estudo foi perpassado pela dupla jornada, a de estudar e trabalhar. Ao mesmo tempo, em que nos constituíamos em pesquisador, atuávamos nas atividades pedagógicas de sala de aula, buscando os recursos para a sobrevivência. Esta duplicidade evidencia as possibilidades e os limites desta abordagem.

CAPÍTULO I

IDENTIDADE DA PROFESSORA

IDENTIDADE DA PROFESSORA

A personagem social professora, executora de atividades pedagógicas, é designada por uma série de formulações conceituais, historicamente constituídas e que caracterizam a educação produzida em sociedade que irá servir de base para as nossas considerações - a professora enquanto mito e realidade. O mito revela-se pelo fato de agregar, na identidade, a crença, valores sobrenaturais e verdades dogmáticas. A realidade revela-se expressando labor constante, compromisso com a produção de sua existência e a interferência mediadora no existir dos outros.

Esta trabalhadora que tem na escola o espaço de trabalho e de realidade concreta, constitui-se em foco e ponto de partida desta pesquisa.

De vocação a caminho da profissão

A professora de escola pública estadual lageana, desde a fundação das primeiras unidades, em 1895, até a década de 80 do século XX, alinhou-se na concepção do magistério como vocação.

A vocação é uma condição baseada na pré destinação divina, é um dom inato que acompanha o ser humano antes mesmo dele nascer. Quem desempenha bem a sua vocação, cumpre com a sua missão terrena. A professora convive com esta realidade dada, sua percepção é identificada com os postulados religiosos e o seu trabalho uma forma de concretizar a vontade de Deus.

A partir da década de 1980, por influência do sindicato¹, a professora assume outra denominação, desta vez orientada pela categoria de ser trabalhadora assalariada que vende a força de trabalho.

O exercício do magistério passa então a ser construído como um trabalho, como os demais existentes na sociedade

¹ Em Lages existe uma Regional Sindical, vinculada diretamente ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Santa Catarina. A fundação da Regional Sindical ocorreu junto com a fundação do Sindicato Estadual (SINTE), em 1988. Anterior ao sindicato, existia a Associação dos Professores de Lages (APROL), que com a transformação da Associação dos Licenciados de Estado Santa Catarina (ALISC) em Sindicato, integrou-se ao Sindicato, recebendo a mesma denominação.

capitalista, por conseguinte engendra a necessidade do sindicato.

É verdade que o surgimento desta instituição, pela primeira vez na história dos servidores públicos no Brasil, ocorre juntamente com a retomada do movimento sindical em geral cuja construção remonta aos anos 20 do século XX. O aspecto "novo" do sindicalismo é instituir-se entre os servidores públicos, segundo Nogueira (1999). Desde o início, o sindicato passa a valorizar o trabalho docente como uma ação desenvolvida por uma categoria. Trabalho este que é construído a partir de relações concretas entre as professoras, diferente da concepção vocacional que coloca o serviço do magistério como sendo uma doação, uma benção.

A educação, segundo esta redefinição, é um processo constante na vida humana e não depende, exclusivamente, de uma instituição para a sua realização, é expressão das relações históricas, uma construção social.

"A função educacional, porém, antes de se concentrar no grupo profissional próprio, que lentamente se formava, fixou-se no grupo religioso, que absorveu como prova a identidade do educador e do sacerdote, nas sociedades primitivas e em sociedades altamente evoluídas" (Azevedo, 1940, p. 179).

Como propõe Azevedo, as primeiras escolas fundadas na sede do município de Lages surgem em 1895 e 1901, são de propriedade dos padres franciscanos e das irmãs da Divina Providência, confirmando que, no planalto serrano, o processo de expansão da educação institucionalizada, em seus primeiros momentos, fica sob a responsabilidade dos religiosos.

Estas escolas atendem às crianças que moram na sede do município. Como, neste período, a população lageana é predominantemente rural, a educação formal institucionalizada abarca apenas a uma parcela reduzida da população. Os demais ficam fora do processo de escolarização, sobretudo os filhos do peão² de roça e peão de fazenda.

A influência da educação cristã na formação da professora é predominante. Além da bagagem familiar, dentro dos padrões religiosos, a escola, pertencente aos padres, reforça ainda mais esse aspecto

"Mas, se a transmissão dos valores espirituais, pela palavra e pelo exemplo, é a função específica do educador, o que ele transmite, afinal, aos outros é o que ele próprio é, isto é, a herança social acumulada e adaptada às suas próprias disposições, e ninguém se comunica a si

² Segundo Munarim, peão de roça, é o trabalhador que se identifica com o trabalho agrícola, portanto é o responsável pela plantação na fazenda. O peão de fazenda é responsável pelo cuidado (lida) com o gado, desde o manejo até a transformação dos derivados do leite, produtos utilizados pelo dono da fazenda.

mesmo senão pelo amor e pela compreensão. Ao passo que 'o artesão trabalha com o que ele tem, modificando-o, melhorando-o mais ou menos felizmente e adaptando-o a determinadas utilidades, para vender a sua mercadoria, o professor, ao contrário (...), não trabalha senão com o que ele é, não comunica, antes de tudo, senão o que é'. O saber acumulado (...) deve tornar-se nosso ser, deve ser integrado à nossa pessoa e à nossa vida, antes de ser dado e para sê-lo eficazmente" (Azevedo, 1940, p. 181).

Em Lages e, posteriormente, na região serrana, a educação de orientação predominantemente religiosa perdura cerca de sete décadas consecutivas (1900 - 1970).

A proposta de educação desenvolvida dentro desta orientação vocacional convive na escola confessional e na laica, pois não é uma característica somente de uma tendência educacional. Em 1914, a educação pública incorpora em sua ação pedagógica os mesmos sentimentos educacionais seguidos pela escola confessional. Os professores que desenvolvem as atividades pedagógicas na escola laica, são os mesmos que receberam formação na escola confessional, logo a sua performance é identificada com os valores religiosos.

Na ação da professora, na fase de transição entre vocação e trabalho pedagógico, há procedimentos herdados na educação e repassados para os aprendizes em forma de crenças e valores que se encontram estruturados socialmente. Assim, a família a

primeira unidade educativa e a escola formam um todo complementar.

"Mas, quando a função educacional se deslocou da família e da classe sacerdotal para um grupo especializado, estabeleceu-se um hiato entre a família e a escola, e entre a escola e a religião, e o desenvolvimento desse grupo não se tem processado senão mediante conflitos entre a escola e essas duas instituições, cujo papel educativo nunca será demais encarecer. Certamente, dada a multiplicidade das tarefas e exigências que o mundo moderno criou, a família, por incapacidade natural de se especializar em todos os misteres, tem necessidade de mandar os filhos para centros especializados onde possam ter uma preparação adequada. Mas, como a família continua a ser a primeira escola da criança e é grande, principalmente em nosso meio, a influência que a família ainda exerce em matéria de educação, as duas instituições sociais, - escola e família, que freqüentemente trabalham em sentidos divergentes, e as vezes opostos, deveriam aproximar-se e articular-se para o entendimento e a ação necessária de uma obra comum de educação" (Azevedo, 1940 p. 186).

É em nome desta obra comum que a família delega à escola e, por extensão, à professora o *status* de disciplinadora. Os familiares atribuem à professora um semelhante poder severo e disciplinador.

A professora adota algumas medidas corretivas severas, incluindo instrumentos, expondo os "infratores" diante dos seus colegas.

Entre os instrumentos da pedagogia do castigo ou do medo, encontram-se: a vara³ de marmelo, a palmatória⁴, o grão de milho⁵, utilizados no processo ensino-aprendizagem nos alunos que não aprendem, ou apresentam um comportamento indesejado, segundo os critérios da professora. Do início de 1900, marco do aparecimento das escolas locais, até o final de 1960, a família prolonga seu poder autoritário pela escola e pelo professor.

A ruptura do poder autoritário da família, através da escola, chega ao planalto catarinense tardiamente, pois este elo passa a ser ameaçado a partir do processo de urbanização de Lages, quando a professora passa a se inserir dentro de uma convivência com outras formas de educação e com outras professoras que habitam a mesma escola, suas práticas de

³ Normalmente a professora utilizava o ramo do marmeleiro, daí a denominação de "vara de marmelo", porque ele não se quebra facilmente, possui boas características de flexibilidade e contém um formato afinado. A utilização deste instrumento era comum nas famílias também.

⁴ Pequena peça circular de madeira (em forma de raquete) com cinco orifícios dispostos em cruz. Servia nas escolas para castigar as crianças, batendo na palma das mãos. Dar a mão à palmatória, significa confessar o erro próprio.

⁵ Eram distribuídos alguns grãos de milho pelo chão em dois montes, e o aluno era obrigado a ajoelhar-se sobre eles, por um tempo suficiente para que os grãos machucassem o joelho do desprovido da sorte ou da

castigo pedagógico, de medidas corretivas severas passam a serem identificadas por mais pessoas que convivem na escola urbana, o que propicia identificar fracassos na relação professora castigadora e aluno que "não aprende". Enquanto isso para a professora que educava na escola isolada "tudo era possível".

Laços de poder autoritário, emprego de instrumentos coercitivos (à semelhança dos religiosos) e exercício do magistério por vocação, estas têm sido, em breves traços, as características dominantes do que constitui o ser professora na região serrana de Santa Catarina.

A professora na região de Lages

A professora, objeto deste estudo, está circunscrita na 7ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE⁶, com sede em Lages, cujo espaço geográfico é o mesmo de abrangência da AMURES⁷. Dentro dela realizamos a amostragem abrangendo um percentual de 2,2% do magistério regional.

inteligência. Uma espécie de penitência por ter sido infiel ao aprendizado.

⁶ A organização político-administrativa da educação no Estado de Santa Catarina, se dá pelas coordenadorias regionais. Existem vinte e sete no Estado. É espaço de gerenciamento administrativo e pedagógico da educação pública estadual, é onde se gestiona toda a vida funcional das escolas estaduais.

⁷ Uma Associação que se "preocupa" com o desenvolvimento econômico e político de sua abrangência e compreende os municípios de: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Correia Pinto, Cerro Negro, Lages, Otacílio Costa,

O coletivo de trabalhadores da regional de Lages à frente do processo educacional é composto, em sua maioria, por mulheres (82,6%), da mesma maneira que ocorre no Brasil, contra 17,4% de homens.

Uma pesquisa⁸ realizada em nível nacional, durante praticamente dois anos, pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília (UnB) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), revela dados semelhantes aos da amostra regional, conforme podemos observar abaixo.

Tabela 1. Distribuição do número de educadores por gênero

	MASCULINO	FEMININO
Professor	17,6%	82,4%
Funcionário	12,7%	87,3%
Especialista	9,9%	90,1%

Fonte: Codo. W. Educação: carinho e trabalho. Vozes, 1999, p. 62.

Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema.

⁸ Com cinquenta e dois mil sujeitos, um mil quatrocentos e quarenta escolas, envolvendo os vinte e sete estados da federação. Os resultados são apresentados no livro: **Educação: carinho e trabalho**. (Codo, 1999).

Ser professora é o mesmo que ser mãe.

A presença da mulher no espaço da sala de aula, uma realidade regional e nacional, é explicada a partir da compreensão de que a escola é uma extensão da família e ser professora, portanto é o mesmo que ser mãe. A semelhança de identidade explica a presença feminina, majoritária. Quem educa os filhos também pode educar os filhos dos outros.

"A mãe é uma professora natural dos filhos, ser professora é extensão da mãe, uma realidade está vinculada culturalmente à outra. A mãe não é a pessoa forte financeiramente da família, ela tem um marido que sustenta financeiramente a família. Logo ela não precisa ganhar muito. Ao escolher o trabalho do magistério, Isto explica, em parte, a questão da doação da professora. A mulher ocupa-se mais pelo aspecto da doação mesmo, do que pelo interesse financeiro, exatamente porque tem o suporte financeiro do marido(...). A mulher sempre esteve à frente do magistério, e o poder é sempre exercido pelo homem, através da ocupação dos cargos". (Waldinéia - 13.03.01)⁹.

A responsabilidade pela ação escolar junto aos educandos, em Lages, tem sido uma tarefa de mulheres, pois a escola é compreendida como continuidade do processo educativo

⁹ Waldinéia, 52 anos, há 23 anos no magistério, graduada em Letras e pós-graduada na área de Ciências Sociais. Entrevista concedida a José Batista da Rosa em 13 de março de 2001. O nome da entrevistada, a pedido, não será divulgado, é fictício.

familiar. As professoras, no cumprimento de sua vocação e num gesto de doação, cumprem uma missão.

"A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que ainda não se encontram preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina". (Durkheim apud Dias, 1990, p. 36).

A condição de ser professora pode ser percebida a partir da designação tia ao invés de professora. Como a professora é aquela que convive diariamente com os seus alunos, ela pode considerá-los participantes de sua vida, o que remete para uma imagem para além dos compromissos pedagógicos e muito próxima das responsabilidades familiares educativas. Os alunos deixam de ser alunos e passam a ser sobrinhos, a professora perde a identidade e obscurece o nome.

"Do ponto de vista da escola, o incentivo à criança no sentido de tratar professoras de tias, além de confundir afeto com atitude regressiva da criança favorece o anonimato da professora, pois a professora perde sua identidade. Será apenas a tia, ocorrendo que a maioria dos alunos não vai dirigir-se a ela pelo seu nome. Por outro lado, a própria professora parece acreditar que sendo tratada de tia estará dando mais afeto e carinho aos seus alunos. Ora, não há de

ser um título que mudará a natureza da relação pedagógica! Tal relação, em princípio uma relação dialética, se dá autoritariamente, na maioria das escolas" (Novaes, 1984, p. 129).

Além disso, para o aluno, equiparar a figura da professora a uma pessoa de sua família, significa poder contar com uma educação amistosa. Ela passa e se integra a determinadas relações familiares facilitadas pela tia. Afinal, tia é aquela que pode não ser rígida e áspera no processo educacional. Superior a pessoa da tia existe a mãe e o pai nas relações familiares. Na hierarquia escolar, superior à professora tia, existe a diretora ou a supervisora que poderão agregar o poder de controle maior.

Na região serrana, é bastante expressivo o conceito de tia, utilizado, tanto na escola quanto fora dela, uma vez que existe o costume de colocar o adjetivo "tia ou tio¹⁰" antes do nome da pessoa.

"Ora, a professora precisa sentir-se em casa. Assume o papel de mãe ou de tia, identificando-se mais como um parente próximo da criança, do que como sua mestra. Talvez seja por isso que as professoras se absorvam tanto com sua

¹⁰ Neste caso é utilizado tal adjetivo para as pessoas que são bem conhecidas, pessoas próximas, bem amigas, com as quais se mantém um bom relacionamento, com as quais existe uma certa identidade. A utilização da expressão antes do nome representa de certa forma um grau de pertencimento ao mesmo grupo. Significa um envolvimento nas mesmas condições de pensar, existe uma familiaridade.

função formadora, disciplinadora; se preocupem tanto com o controle das crianças em prejuízo de sua função de levar os alunos a aprender, a conhecer o mundo" (Novaes, 1984, p. 106).

As implicações que a tia assume não só na vida das professoras mas também na dos alunos, possui dimensões variadas. Nela pode estar contido uma espécie de mascaramento da condição de ser professora. Já para os alunos, a designação tia pode gerar um certo conformismo, ou ainda um certo descompromisso com a aprendizagem.

A configuração do termo representa o reforço de uma situação para a qual a professora não foi designada, um certo escamoteamento da realidade, desempenhando uma função e fingindo ser outra, confundindo a mente dos aprendizes.

"o que há de comum entre o papel da tia e da professora a ponto de, na escola, a segunda ser identificada com a primeira? Será que a professora está apenas se encarregando da parte mais fácil, com relação aos alunos ou, (...) será que as professoras, envergonhadas com a desvalorização da profissão, não querem assumir seu papel e por isto arranjaram o artifício de um falso parentesco? Ou será que as mães, penalizadas de terem que entregar seus filhos à figura terrível da professora, resolveram amenizar sua imagem e transformá-la numa tia carinhosa?" (Novaes, 1984 p. 126).

Na atualidade esta denominação é objeto de questionamentos e existe uma parcela dos educadores contrários a pedagogia da tia. Professora não é tia, pois a tarefa da educação é exigente, requer a interação dos sujeitos (alunos) com os desafios do mundo. Desenvolver a atividade pedagógica significa iniciar, facilitar os educandos para a compreensão do mundo onde estão inseridos. Trata-se, portanto, de um mundo que vai além do grau de parentesco e se organiza de uma forma mais complexa do que as relações desencadeadas no interior da família.

No ensino fundamental, a expressão tia atinge com maior frequência a professora envolvida com o trabalho nas séries iniciais, desde a alfabetização até a 4ª série. Enquanto nas quatro séries finais (5ª à 8ª) o tratamento da professora tia se perde, devido à presença de várias professoras.

Da opção da professora por uma linha pedagógica resulta sua perspectiva educacional e assim pode contribuir para delinear o espaço da escola que pode ser um espaço de transmissão da ideologia dominante ou de luta ideológica.

“Certamente não será a simples associação de educadores que vai operar um milagre - é a transformação da consciência dos professores pressionados pela vontade coletiva do seu grupo que dará ao educador o sentimento de estar trabalhando no rumo certo, dando o melhor

de si, tornando-se agente capaz do processo de humanização do aluno e da sociedade" (Novaes, 1984, p. 136).

As primeiras escolas em Lages

No município de Lages, o mercado de trabalho é reduzido para a mulher, uma vez que a cidade localiza-se numa região caracterizada pela presença de grandes fazendas onde o latifúndio é o módulo agrário predominante.

Após a fundação da póvoa (segundo momento do século XVIII), na organização do cotidiano local, a mulher tem uma dupla jornada; a) desempenha o trabalho da lavoura, b) e é responsável pelos afazeres domésticos, incluindo o cuidado com os filhos.

A cidade de Lages desenvolve-se e urbaniza-se com o declínio de algumas serrarias¹¹ e indústrias de pequeno porte. Nela persiste, porém, a característica singular, pois a cidade acaba por se configurar muito mais pela presença do setor de serviços, do que pela indústria.

¹¹ Na região serrana, houve um processo intenso e rápido da exploração da madeira, em vários municípios se instalaram serrarias. A presença das serrarias trouxe mão-de-obra de outros locais do estado e de outros estados. Incorporou o trabalho do peão de roça e do peão de fazenda. Quando esse ciclo começa a entrar em decadência e não comporta mais o trabalho dos operários, eles migram dos municípios onde se situava a serraria para a cidade de Lages, forçando a urbanização intensa e a criação de escolas estaduais para atender o contingente de crianças cujos familiares chegam em busca de trabalho.

Esta conformação do universo serrano acaba fechando o mercado de trabalho para a mulher, pois há um excedente masculino a ser aproveitado. As mulheres ocupam os serviços educacionais, enquanto os demais espaços apresentam uma característica predominantemente masculina.

É importante ressaltar que a região do planalto fica sem educação institucionalizada por mais de um século e, quando isto acontece acaba sendo um espaço dominado pelas mulheres.

"Em 1895 se instala em Lages a Escolinha Paroquial Franciscana, mais tarde denominada de Collegonte" (Colégio Bom Jesus Diocesano, mimeo. s/d)¹².

Esta escola atende aos filhos de fazendeiros e moradores da sede. Tem o objetivo de fomentar vocações masculinas e continuar a missão de São Francisco de Assis.

Em 1901, atendendo a um convite de Frei Rogério, instala-se em Lages, num terreno anexo à Escolinha Paroquial Franciscana, o Coleginho Imaculada Conceição¹³. Com o

¹² Em 1930, recebe a oficialização de Ginásio Diocesano, trabalhando com o primeiro ciclo fundamental. Em 1943, no governo de Getúlio Dorneles Vargas, autorizou pelo Dec. 11.408, de 20 de janeiro de 1943 a denominação de Colégio Diocesano. Hoje recebe a denominação de Colégio Bom Jesus Diocesano" (Mimeo. s/d).

¹³ O Coleginho Imaculada Conceição mais tarde recebe o nome que continua ainda hoje, "Colégio Santa Rosa de Lima".

objetivo de atender a demanda feminina leiga ou as aspirantes à vida religiosa.

"Graças às almas bondosas dos fazendeiros e de Dona Basilíssima de Brito, a luz elétrica chegou até o Colégio. Santa Rosa passou, então, a ter 200 alunas e 39 internas, isso no ano de 1913" (Colégio Santa Rosa de Lima, informativo n° 3, 2000).

Estas duas escolas confessionais, constituem o berço da inspiração filosófica e da prática dos futuros professores do município de Lages. Uma delas forma a base do magistério público estadual, como expressão dos filhos de Deus. Assim situado o problema compreendemos expressões ainda recorrentes no presente, como: "ser professora é ser uma escolhida", "o magistério é um sacerdócio, requer doação" comuns nos depoimentos de algumas professoras e textos dedicados ao assunto.

Além disso, o emprego da expressão "nós damos aula" , comum entre professores, indica a sobrevivência de características da formação religiosa, pois dar significa não requerer nada em troca, é uma ação voluntária, o que não só denota um cunho religioso mas também demonstra uma prática incorporada que dificulta a vinculação do magistério como uma categoria.

Em 1912, acontece a instalação da primeira escola pública estadual, de caráter laico, que recebe o nome de um dos coronéis da região "Vidal Ramos". Constitui-se numa alternativa para os filhos dos trabalhadores. O ensino é laico, embora os profissionais, oriundos da escola particular confessional, repassem a filosofia base de sua formação para as crianças dos trabalhadores.

Nela as atividades docentes são exercidas pelas professoras que freqüentaram o curso normal do Colégio Santa Rosa, o único oferecido e concedido, naquele momento, para o sexo feminino.

A partir de 1930, quando tem início na região serrana de Santa Catarina o ciclo da madeira, a professora participa do processo, ensinando os filhos dos "operários" nas escolas do interior. Mas ela exerce também o controle para além da parede da sala de aula e do muro da escola, ela vigia o comportamento social e religioso de seus educandos.

Assim a professora exerce outros poderes, do pastor ou do padre o que denota a proximidade entre os valores educacionais e os valores religiosos, com ênfase em uma moral apostólica e romana.

O ciclo da madeira na região (1930 - 1970) é implantado e desencadeado de modo que explora a força de trabalho do

assalariado, precariza a sua condição de vida e nega os direitos sociais, também precariza o processo educacional. Cabe à professora a responsabilidade de alfabetizar e, se possível, ensinar algumas operações matemáticas, o suficiente para permitir o ingresso do aprendiz no mundo do trabalho das serrarias.

Em 1960, três décadas após seu início, as serrarias entram em declínio. As grandes florestas cedem lugar às pastagens. O caboclo trabalhador das serrarias necessita buscar uma nova vida, para tanto sai do campo e migra em direção ao pólo urbano, a cidade de Lages.

Tabela 2. População urbana e rural de Lages - 1960/2000

ANO	RURAL	%	URBANA	%	TOTAL	%
1960	41.932	54,75	34.647	45,25	76.579	100,0
1970	46.722	36,30	82.006	63,70	128.728	100,0
1980	31.677	20,40	123.616	79,60	155.293	100,0
1990	12.660	08,38	138.575	91,62	151.235	100,0
2000	4.086	02,62	152.320	97,38	156.406	100,0

Fonte: IBGE - 2000.

Com a ocupação desordenada do espaço urbano engendram-se necessidades sociais entre elas a escola. Lages destaca-se pela característica de cidade de serviços e, nesta configuração urbana, as escolas existentes necessitam ampliação tanto do espaço físico quanto de recursos humanos.

A concentração de pessoas no espaço urbano, exige também diversificação de cursos que profissionalizem as professoras. No segundo grau, é instituído o magistério, preparando as professoras para trabalharem com as séries iniciais (1^a à 4^a).

Anos 70: uma outra identidade

No início de 1970, na graduação universitária surgem os cursos de licenciatura, com a criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages que agrega os cursos de: Pedagogia, Letras, Ciências Sociais e Ciências de 1^o Grau, contemplando as áreas de Alfabetização, Português, História, Geografia, Matemática e Ciências. Deste modo, a lageana entra no "mercado de trabalho", prestando um serviço pedagógico, trabalhando com a educação.

Com a difusão do ensino universitário uma outra identidade da professora começa a ser delineada, quando entra em vigor a Lei 5692/71, objetivando atender as necessidades de uma realidade que está a exigir um aceleramento na vida profissional dos trabalhadores, pois o mercado necessita de força de trabalho com um domínio técnico suficiente para dar suporte ao processo produtivo.

A escola passa assim a ser responsável pelo repasse de uma educação técnica, e a professora a atuar como porta-voz da qualificação.

A relevância do trabalho da mulher professora, encontra-se no cotidiano da sala de aula e não se traduz no reconhecimento histórico, conforme se observa no quadro a seguir, o foco das preocupações do perfil das instituições educacionais repousa sobre o nome de homens, negando o envolvimento da atividade pedagógica e do trabalho educativo como tarefa predominantemente feminina.

Quadro 1. Unidades Escolares Pertencentes à 7ª CRE

Nº	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	IDENTIDADE PATRONO(A)
01	Lages	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	APAE – Outra
02	Lages	Associação de Pais e Amigos dos Surdos	APAS – Outra
03	Lages	Centro de Educação de Adultos ¹⁴	CEA – Outra
04	Lages	Centro Educacional Vidal Ramos Júnior	Político
05	Lages	Centro Interescolar Renato Ramos da Silva – CIS	Professor
06	Lages	Colégio Estadual Aristiliano Ramos ¹⁵	Político

¹⁴ Atualmente a sigla é CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos.

¹⁵ Aristiliano Laureano Ramos, natural de Lages, SC, nascido em 1888, filho de Belisário José de Oliveira Ramos, fez seus estudos iniciais na fazenda Morrinhos. De 1901 a 1904, dedicou-se ao jornalismo político. 1916 a 1918 Deputado do Congresso Representativo do Estado da nona legislatura. 1919 a 1921, novamente deputado da décima legislatura estadual. Atuou também como superintendente municipal em Lages. Foi vereador da câmara municipal de Lages. Fundador com outros correligionários da União Democrática Nacional (UDN) no Estado, partido que abandonou em 1945, optando pela sigla PSD (Partido Social Democrático).

Nº	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	IDENTIDADE PATRONO(A)
07	Lages	Colégio Estadual Flordoardo Cabral	Professor
08	Lages	Colégio Estadual Francisco Manfrói	Madeireiro
09	Lages	Colégio Estadual Frei Nicodemos	Religioso
10	Lages	Colégio Estadual Gal. José Pinto Sombra	Militar
11	Lages	Colégio Estadual Godolphin Nunes de Souza	Professor
12	Lages	Colégio Estadual Lúcia Fernandes Lopes	Professora
13	Lages	Colégio Estadual Nossa Senhora do Rosário	Religiosa
14	Lages	Colégio Estadual Armando Ramos de Carvalho	Professor
15	Lages	Colégio Estadual Rubens de Arruda Ramos	Jornalista
16	Lages	Colégio Estadual São Judas Tadeu	Religiosa
17	Lages	Colégio Estadual Zulmira Auta da Silva	Professora
18	Lages	Colégio Industrial de Lages – CIL	Outra
19	Lages	Escola Básica Asdrubal Guedes de Souza Pinto	Professor
20	Lages	Escola Básica Belisário Ramos ¹⁶	Político
21	Lages	Escola Básica Cora Batalha da Silveira	Sociedade Lageana
22	Lages	Escola Básica Maria Quitéria	Militar
23	Lages	Escola Básica Melvin Jones	Lions
24	Lages	Escola Básica Egídio Baraúna	Professor
25	Lages	Escola Básica Jorge Augusto Neves Vieira	Professor
26	Lages	Escola Básica Ilza Amaral de Oliveira	Professora
27	Lages	Escola Básica Vidal Ramos ¹⁷	Político
28	Lages	Escola Básica Visconde de Cairu	Outra
29	Anita Garibaldi	Colégio Estadual Antônio Vieira Escola Básica Isidoro Silva	Religiosa Comerciante
30	Bocaina	Colégio Estadual Campos Salles	Político
31	B. Jardim	Colégio Estadual Adolfo José Martins	Professor

¹⁶ Belisário Ramos, nascido em 1958, de tradicional família lageana, filho de Vidal José de Oliveira Ramos Senior. Aos dezenove anos de idade se envolveu na política da região serrana. Quando governa o município de Lages, não recebe os seus rendimentos, ofertando em favor da instalação da educação primária

¹⁷ Vidal Ramos, nascido em 1866 em Lages, vice-governador de 1902 a 1906. Governador do Estado de 1910 a 1914, senador de 1915 a 1927 e de 1935 a 1937.

Nº	MUNICÍPIO	UNIDADE ESCOLAR	IDENTIDADE PATRONO(A)
32	B. Retiro	Colégio Estadual Alexandre de Gusmão	Relações Públicas
33	C. Belo	Colégio Estadual Otacílio Couto	Político
34	C. Alto	Colégio Estadual Emiliano Ramos ¹⁸	Político
35	C. Negro	Colégio Estadual Otília Ulisséa Ungaretti	Professora
36	Correia Pinto	Colégio Estadual Nossa Senhora dos Prazeres Escola Básica João Paulo I	Religiosa Religiosa
37	Otacílio Costa	Colégio Estadual Elza Deeke Colégio Estadual Nossa Senhora de Fátima Escola Básica Agar Alves Nunes Escola Básica Fazenda Olinkraft	Sociedade Religiosa Professora Outra
38	Painel	Colégio Estadual Antônio Trivellin	Religiosa
39	Palmeira	Colégio Estadual Antonieta Silveira	Professora
40	Ponte Alta	Colégio Estadual São Tarcísio Escola Básica Irmã Gertrudes	Religiosa Religiosa
41	R. Rufino	Colégio Estadual Djalma Bento	Professor
42	São Joaquim	Colégio Estadual Manoel Cruz ¹⁹ Colégio Estadual São José ²⁰ Escola Básica Ary Souza Borges Escola Básica Rocha Pombo	Professor Religiosa Professor Sem Dados
43	São José do Cerrito	Colégio Agrícola Caetano Costa Colégio Estadual Mauro Gonçalves Farias Escola Básica Laudelino de Souza Medeiros Escola Básica Leovegildo Esmério da Silva	Político Professor Fazendeiro Fazendeiro
44	Urubici	Colégio Estadual Araújo Figueiredo Escola Básica Manoel Dutra Bessa	Poeta Lavrador
45	Urupema	Colégio Estadual Manoel Pereira de Medeiros	Fazendeiro

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000.

¹⁸ Emiliano Ramos, pertencente a família tradicional dos Ramos, natural de Lages, com fortes influências políticas na região.

¹⁹ Esta escola foi instalada no município de São Joaquim em 1926, trata-se da primeira escola pública estadual daquele município, sob a denominação de Escolas Reunidas de São Joaquim. No ano seguinte passou a denominar-se Grupo Escolar Professor Manoel Cruz, cujo nome é em homenagem a um inspetor que se deslocava de Florianópolis a cavalo para a região serrana. Esta escola no início funcionou na casa paroquial.

²⁰ Obtivemos a contribuição das professoras e professores deste Colégio na resposta de nossos questionários. Criado em 1965, com a denominação de Colégio Paroquial São José, porque o terreno e o prédio pertenciam e ainda pertencem à Paróquia de São Joaquim.

Através deste quadro observamos que os estabelecimentos escolares, na sua maioria, recebem o nome de homens: das 28 unidades de ensino na cidade de Lages, 64,28% recebem o nome de homens; 21,42%, o nome de mulheres e 14,30%, possuem nome independente da questão do gênero. Exemplo, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação de Pais e Amigos dos Surdos (APAS), Centro de Educação de Adultos²¹ (CEA) e Colégio Industrial de Lages (CIL. Enquadramos a APAE, APAS como uma unidade escolar, pelo fato de profissionais da educação estarem desempenhando funções pedagógicas nestas instituições.

Das unidades de ensino em Lages que recebem a denominação masculina é possível estabelecer o seguinte quadro: 25,00% receberam o nome de professores, 14,28% são nomes de políticos, pertencentes a "oligarquia" local, 10,71% representam os religiosos, nome de santo ou de padre, e 39,30% apresentam nomes variados, incluindo fazendeiros, comerciantes, madeireiros e outros.

Entre as seis escolas cujo nome é de mulher, apenas três são professoras, duas pertencem à sociedade lageana e uma recebe o nome de santa.

²¹ Atualmente a sigla é CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos).

Tabela 3. Nome das escolas e a sua denominação, no município de Lages.

DENOMINAÇÃO	NÚMERO DE ESCOLAS	%
Homem	18	64,28
Mulher	06	21,42
Outra	04	14,30
Total	28	100,0

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

Na região serrana (incluindo os municípios da Amures, exceto Lages), a realidade não foge à regra, os estabelecimentos recebem, na sua maioria, o nome de homens, estando assim configurados: 73,33% das unidades de ensino público recebem o nome de homens, 23,33% recebem o nome de mulheres e 03,34% apresentam nomes independentes.

Nesta mesma região estes percentuais ainda configuram-se da seguinte forma: 16,66%, têm o nome de professor; 26,66% recebem o nome de patronos(as) com vinculação religiosa, seja ela nome de santo, santa, padre ou freira; 13,33% recebem o nome de um político influente da região e 36.69% possuem nomes independentes.

Tabela 4. Nome das escolas e a sua denominação na região da Amures, exceto Lages.

DENOMINAÇÃO	NÚMERO DE ESCOLAS	%
Homem	22	73,33
Mulher	07	23,33
Outra	01	03,34
Total	30	100,0

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato. Dez. 2000

Na região da Amures, inclusive Lages, das 58 unidades de ensino vinculadas ao sistema estadual, 68,96% apresentam nome de homens, 22,41% de mulheres e 08,63% tem outros nomes.

Do ponto de vista local, a "oligarquia"²² mais homenageada é a dos Ramos, liderando a denominação das unidades escolares.

Tabela 5. Nome das escolas e a sua denominação, na região da Amures incluindo Lages.

DENOMINAÇÃO	NÚMERO DE ESCOLAS	%
Homem	40	68,96
Mulher	13	22,41
Outra	05	08,63
Total	58	100,0

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

²² Oligarquia é um sistema social sob controle político de uma pequena elite. A presença da oligarquia ocorre em função de: a) as pessoas em geral preferem que outras tomem decisões por elas; b) a complexidade do sistema (...), impede que as pessoas participem inteligentemente do processo decisório, como resultado os líderes são cada vez mais indispensáveis; c) os que obtêm autoridade, pouca vontade têm de renunciar aos privilégios e prestígio resultantes e, dessa maneira, tendem a consolidar e estender seu poder, com vistas a conservá-lo. (Johnson, p. 161).

O elenco das escolas revela, de um lado o grau da identidade confessional da escola pública estadual em Lages e região, de outro, a identidade com as expressões políticas locais e regionais.

A professora serrana

As professoras pesquisadas, em sua maioria são casadas, (71,7%) e, embora sejam oriundas de famílias maiores, têm em média dois filhos. O índice de solteiras é de 17,3%, e entre as entrevistadas 11% vivem em uma outra situação (moram juntos, viúvas).

Apesar de não ser uma constante entre as professoras, verificamos que a opção pelo magistério é resultado de uma escolha que vai se fazendo aos poucos. Entre as professoras há algumas que permanecem no magistério, por falta de outra oportunidade, fato que as conduz a uma condição de frustração. A insistência na permanência se reveste de uma série de situações problemas as quais, muitas vezes, encontram-se carregadas de ausência do entusiasmo o que é peculiar na vida da professora.

O quadro abaixo revela uma intersecção entre tempo/experiência e as várias etapas/fases e mudanças na vida profissional das professoras, resultando num sentimento

muito particular, o saber tácito das professoras, causado pelos mais variados confrontos da realidade e possibilitando administrar as situações adversas.

Quadro 2. Anos de experiências e situações vivenciadas pelas professoras

ANOS DE EXPERIÊNCIA	ETAPAS/TRAÇOS DOMINANTES
Entre 1 e 4 anos	O INÍCIO, choque do real, descoberta
Entre 5 e 7 anos	A ESTABILIDADE, segurança, entusiasmo, maturidade.
Entre 8 e 15 anos	DIVERGÊNCIAS POSITIVAS, empenhamento, entusiasmo. DIVERGÊNCIA NEGATIVA, descrença, rotina
Entre 15 e 20/25 anos	SERENIDADE, reflexão, satisfação pessoal.
Entre 25 e 40 anos	RENOVAÇÃO, do interesse e do entusiasmo. DESENCANTO, desinvestimento e saturação.

Fonte: GONÇALVES. J. A. M. A carreira das professoras do ensino primário. In: Nóvoa, Vida de Professores, p. 163.

A professora vai, paulatinamente, armazenando experiências cotidianas com o seu trabalho escolar, transformando a realidade adversa, complexa e desafiadora em momentos de justificativas e explicações que corroboram a exigência pedagógica como sendo uma construção coletiva, onde professoras e alunos aprendem com os seus próprios impasses.

Outro aspecto revelando esta transformação do desafio, em educação, é o propósito de estudar demonstrado pela professora, conforme se observa nesta pesquisa, há uma crescente busca da capacitação através dos bancos escolares.

Escolarização

Fase de formação das professoras das séries iniciais até a graduação

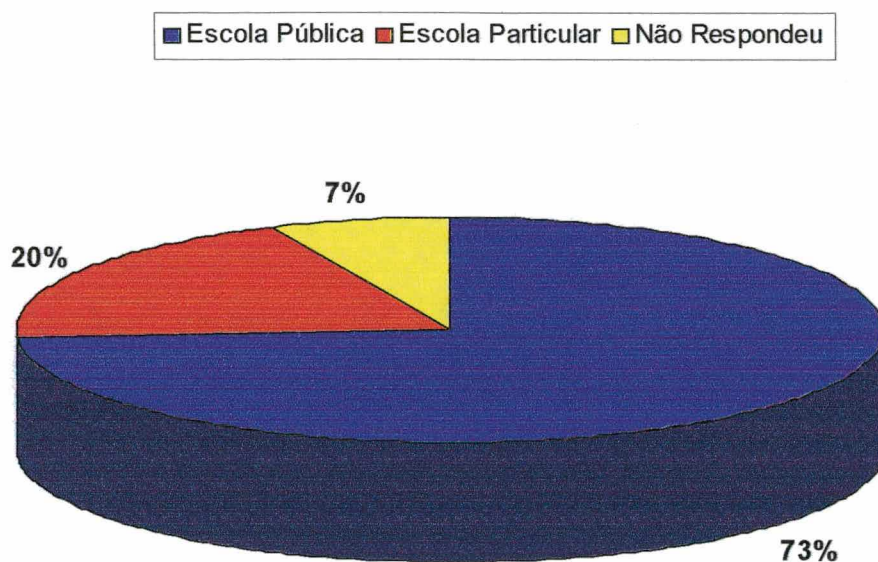


Gráfico 1. Formação das Professoras nas Séries Iniciais.

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

Quanto à escolarização das professoras observamos que a maioria frequentou a escola pública, na fase inicial de sua formação. Portanto, elas continuam atuando na escola públicas que propiciou sua formação.

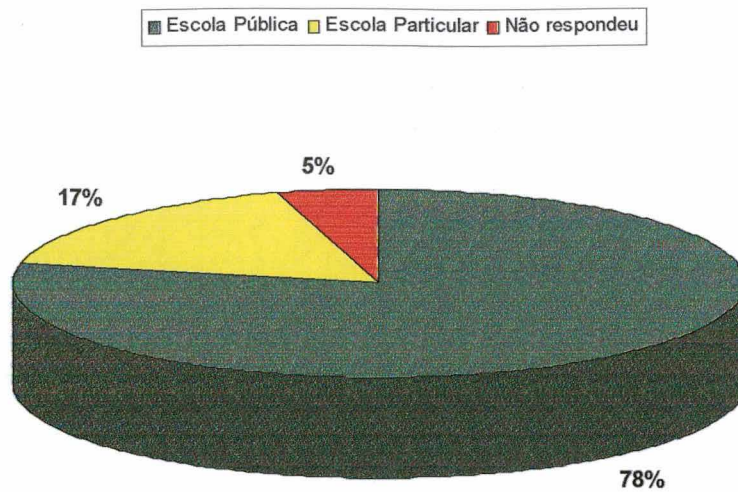


Gráfico 2. Formação das Professoras no Ensino Fundamental

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

Foi possível verificar ainda que a formação, em nível de 5^a à 8^a séries, das professoras que atuam no magistério hoje, também aconteceu na escola pública.

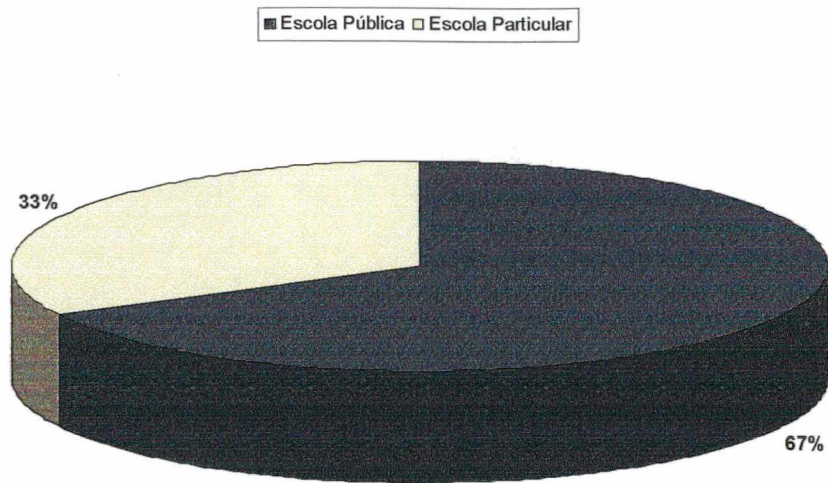


Gráfico 3. Formação das Professoras no Ensino Médio.

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

A realidade no ensino médio não é diferente das fases anteriores, no que se refere a formação das professoras, muito embora nesta fase um acentuado acréscimo de formação na escola particular, fato que se explica em função de não ofertar cursos suficientes na escola pública para atender a demanda deste ciclo.

Entre as professoras entrevistadas 80,4% ingressaram no magistério trabalhando na escola pública, contra apenas 08,8% que iniciaram suas atividades pedagógicas na escola particular.

As professoras atuam no mesmo espaço em que foram capacitadas, a escola pública. Sendo assim não existe

diferença entre sujeito que trabalha e espaço trabalhado. A professora fez e faz parte da história da mesma escola pública. A realidade desta não se coloca como algo estranho para a professora, ela conhece essa história, porque fez parte dela, viveu nela e continua atuando na escola pública, de forma que esta visibilidade aproxima a tarefa da professora, enquanto educadora de um passado que a definiu e de um presente que ela continua definindo, envolvendo outros sujeitos.

Em relação ao ensino superior, o grau de formação encontra-se inverso, pois o maior percentual de formação das professoras ocorre nas universidades particulares, uma vez que não há instituição pública de ensino superior, voltada para a formação pedagógica no planalto, obrigando as que desejam esta formação a se deslocarem para outros municípios. Na região, em estudo um relativo percentual de professoras cursou o ensino superior.

Tabela 6. Curso de graduação freqüentado pelas professoras

NOME DO CURSO DE ENSINO SUPERIOR	% DE FORMAÇÃO NA ÁREA
Pedagogia	32,6
Ciências Sociais	15,2
Matemática	15,2
Letras	6,5

NOME DO CURSO DE ENSINO SUPERIOR	% DE FORMAÇÃO NA ÁREA
Outros Cursos	17,3
Não Respondeu	6,5
Não Cursou Ensino Superior	6,7
Total	100,0

Fonte: Rosa, J. B. Professoras e sindicato 1988 –1998. Dez. 2000.

■ Universidade Pública
 ■ Universidade Particular
 ■ Não Cursou Ensino Superior
 ■ Não respondeu

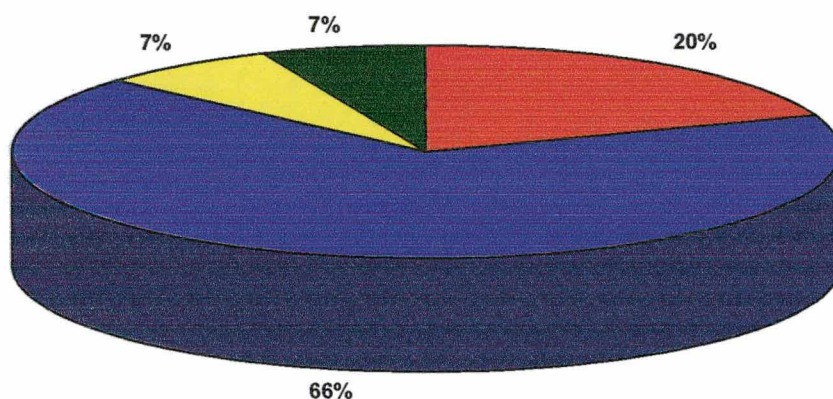


Gráfico 4. Formação das Professoras no Ensino Superior.

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

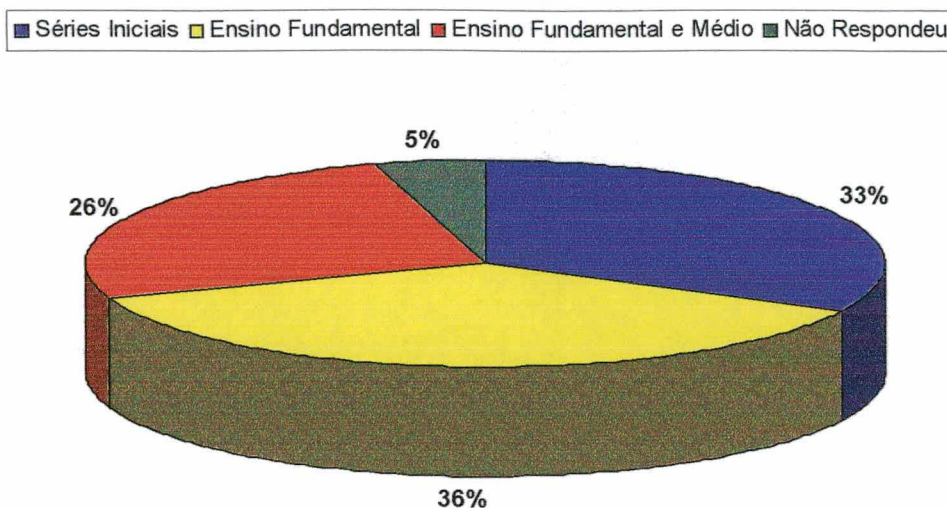


Gráfico 5. Séries em que atuam as Professoras Pesquisadas.

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

A maioria das professoras pesquisadas atuam no ensino fundamental, compreendendo de 5^a à 8^a séries. Esta expressiva quantidade deve-se aos cursos oferecidos na graduação, em Lages, que contemplam várias áreas distribuídas no ensino fundamental.

As professoras que atuam no ensino médio também desempenham atividades no ensino fundamental. Nas escolas analisadas não há professoras atuando somente no ensino médio, pois a maioria são de pequeno e médio porte, fato que impede o fechamento da carga horária somente no ensino fundamental.

A caminho da profissionalização

No senso comum, o profissional é analisado apenas pela sua função esquecendo do aspecto humano, de ser sujeito que carrega no exercício de sua profissão uma história, uma identidade social para além da escola, da fábrica, do escritório, do consultório...

"O professor é a pessoa; e uma parte importante da pessoa é o professor. Estamos no cerne do processo identitário da profissão docente que, mesmo nos tempos áureos da racionalização e da uniformização, cada um continuou a produzir no mais íntimo da sua maneira de ser professor" (Nóvoa, 1992, p.15).

A realidade local, do ponto de vista da profissionalização, evidenciou que há uma busca pela pós-graduação nas mais diversas áreas do conhecimento, algumas se enquadram na área da didática (15,2%), outras na supervisão e orientação educacional (15,2%) e nas áreas de história, geografia e sociologia (6,6%).

Na verdade o aprimoramento profissional das professoras encontra-se restrito aos cursos oferecidos no município de Lages. A Didática, História e Geografia são alguns dos cursos de pós-graduação escolhidos dentro dos limites locais, até porque as professoras encontram certa dificuldade para

sair e freqüentar cursos fora do município, embora eles possibilitem o processo de profissionalização de professoras e, ao mesmo tempo, sejam indicativos de uma melhoria do magistério.

A Supervisão Escolar é um curso que vem ao encontro daqueles que atuam nas escolas e trabalham indiretamente com os aspectos pedagógicos. São os profissionais que atuam mais intensamente na parte administrativa da escola.

A busca da profissionalização, por sua vez, melhora a relação da professora com a sua prática pedagógica, pois possibilita o fortalecimento das relações dialógicas com os educandos e evita o tratamento mercadológico da educação.

Esta busca de profissionalização também provoca o aparecimento, na região, dos denominados cursos concentrados. Todavia há práticas observadas que apontam para o lado oposto da profissionalização, caracterizam-se como uma rápida qualificação, com duração mínima e carga horária diária máxima.

Apreender a realidade das professoras, é uma tarefa um tanto difícil, pois ela é múltipla e complexa. Assim observamos que mais ou menos a partir dos anos setenta do século XX, a condição de ser professora passa por um processo

de mudanças, sendo que a designação "trabalhadora em educação" é a que melhor expressa esta situação.

Na prática, porém, esta designação de trabalhadora em educação implica alguns problemas complexos. Se, com esta formulação a professora explicita o seu pertencimento à condição dos trabalhadores assalariados e, por conseguinte, ao sindicato, é necessário acrescentar que seu trabalho possui um componente diferenciado, pois no trabalho deve "distribuir carinho e afeto" (Codo, 1999).

A designação trabalhadora em educação reflete uma profissionalização em processo. Entendemos por profissionalidade a afirmação do que é específico da ação docente, isto é, o conjunto de comportamentos, conhecimentos, destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor.

É óbvio que, no caso dos professores, a definição exata do conceito de profissionalidade não é fácil. Do ponto de vista sociológico, diz-se que é uma semiprofissão, em comparação com as profissões liberais clássicas.

A discussão sobre a profissionalidade do professor é parte integrante do debate sobre os fins e as práticas do sistema escolar, remetendo para o tipo de desempenho e de conhecimento específicos da profissão docente. O conceito de profissionalidade docente está em permanente elaboração, devendo ser analisado em função do momento histórico

concreto e da realidade social que o conhecimento escolar pretende legitimar; em suma, tem de ser contextualizado" (Nóvoa, 1995, p.65).

O trabalho da educadora implica o desempenho de atividades ligadas a seres humanos. E errar pode significar marcar negativamente os sujeitos envolvidos em um processo educativo escolar.

Trabalhar com sujeitos envolve uma postura de constante avaliação, necessita de uma acuidade apurada, para evitar no lugar de sujeitos, objetos; e no lugar de alunos, mercadoria/clientela.

O conjunto de ações e atitudes necessários para o desenvolvimento do trabalho envolvendo o aluno-sujeito, demonstra a responsabilidade profissional do magistério e, a partir, dele a importância do sindicato.

Sala de aula não é púlpito, não é tribuna, não é palco, muito menos o lugar do ócio²³. A sala de aula é um espaço do trabalho pedagógico comprometido, situado e sério. É o espaço da produção científica, é o recorte da vida social.

Concorrem para a profissionalização tanto a elevação da escolarização das professoras como o movimento social, que

²³ Repouso, inação, divagação, inatividade, lazer, inércia, ociosidade, trabalho mental suave, desocupação, mândria, debilidade, acídia, preguiça, negligência e improdutividade. "Rizoma do ócio" (De Masi, 2000, p. 302).

além de promover a luta por melhores salários, organiza um conjunto de ações que extrapolam o âmbito restrito da luta sindical. Neste conjunto destacamos aquelas que asseguram a profissionalização dos professores, (fiscalização do desempenho profissional de quem pode ou não ser professor) e outras.

Quando perguntamos às professoras como elas definem a sua condição, 89,1% responderam que se consideram trabalhadoras em educação; 4,3% que seu trabalho possui outras denominações, como por exemplo: vocacionado, professora como um dom divino e 6,6% não responderam a questão.

Enquanto trabalhadora em educação precisa ministrar aulas que pressupõe envolvimento afetivo com os sujeitos, com a escola e com a própria sociedade.

Uma jornada de trabalho intensa

A professora administra, no seu cotidiano, realidades exigentes, convive com situações que a desgastam física, intelectual e profissionalmente. Em algumas situações é imperativo que se ausente do seu trabalho por três, quinze ou mesmo por um mês.

O desgaste da trabalhadora em educação é devido à carga de trabalho, e também pelas condições:

"A organização mundial de saúde, considera o trabalho do professor como uma atividade penosa, por isso prevê a aposentadoria aos vinte e cinco anos de trabalho. O magistério é uma profissão penosa, não é fácil trabalhar quarenta horas com crianças muitas vezes, mal alimentadas. As condições de trabalho nem sempre são as melhores. A professora não trabalha só na sala de aula ela se desgasta, ela trabalha em casa, quando ela prepara as aulas, quando ela lê um texto preparatório, quando corrige os trabalhos e provas, quando seleciona material para ser utilizado na sala de aula. Uma professora que trabalha quarenta horas ele pode contar como sendo sessenta, daí a importância da hora atividade. Normalmente, a partir de setembro os professores começam a desanimar.

E como o governo paga mal, obriga a professora pegar mais aulas para compensar o seu salário. Ela pega mais aulas dentro de seu horário de atividades. E como se isso não bastasse, se aparecer um curso de férias ela acaba frequentando. No final de semana embarca para o Paraguai para buscar quinquilharias e revender entre os seus colegas, tentando melhorar a sua renda".
(Waldinéia, Entrevista em 13.03.01).

Entre as professoras entrevistadas, nos municípios de Lages, São Joaquim e Capão Alto, 15,5% responderam que trabalham vinte horas semanais, 9,0% trabalham trinta horas semanais, 19,8% trabalham quarenta horas semanais, 15,5%

trabalham cinquenta horas semanais, 35,1% trabalham sessenta horas semanais e 5,1% não responderam. Essa é a carga de trabalho dentro da sala de aulas. Além dela, as trabalhadoras em educação desenvolvem atividades de preparação das atividades pedagógicas e de leituras.

Entre as professoras, 50,0% já se afastaram por motivo de doença. A justificativa para a ausência é o stress, a depressão, os problemas em geral, a pneumonia, a gripe e, considerando sua condição de mulher, a licença para maternidade.

Segundo Codo a síndrome de Burnout²⁴ invade o cotidiano, causando desistência de muitas professoras; o desgaste a que se expõem no magistério reflete a intensidade no trabalho.

Entretanto mesmo com alongada carga horária, 56,6% das professoras responderam que gostariam de continuar exercendo a profissão, contra 43,4% que gostariam de abandonar o magistério para ganhar mais dinheiro.

²⁴ "Burnout foi o nome escolhido; em português, algo como "perder o fogo", "perder a energia" ou "queimar (para fora) completamente" (numa tradução mais direta). É uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Esta síndrome afeta, principalmente, profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários. Como clientes de risco são apontados os profissionais de educação e saúde, policiais e agentes penitenciários, entre outros. Schaufeli et al. (1994) chegam a afirmar que este é o principal problema dos profissionais da educação" (Codo, 1999, p. 238).

Essa manifestação de descontentamento, observada na região estudada, é maior do que a média nacional, (13,2%), obtida por Codo: (1999, p. 100 e 101). A insatisfação foi medido a partir das seguintes questões:

"Eu me arrependo de ter escolhido esta profissão.

Quaisquer que sejam os problemas do meu trabalho, estou satisfeito com a minha escolha.

Se eu pudesse, mudaria de emprego.

Em geral, estou satisfeito com o meu emprego atual.

Muitas vezes, quando estou trabalhando, sinto que estou perdendo tempo" (Codo, 1999, p.100).

Tabela 7. Satisfação no trabalho

SÉRIE EM QUE LECIONA	SATISFEITOS	INSATISFEITOS	TOTAL
Pré e 1ª à 4ª	91,0%	9,0%	100%
5ª à 8ª	84,8%	15,2%	100%
2º grau	84,5%	15,5%	100%
Vários níveis	84,8%	15,2%	100%
TOTAL	86,8%	13,2%	100%

Fonte: CODO, W. Educação carinho e trabalho. 1999, p. 101.

Em comum, entre a pesquisa nacional, realizada por Codo e esta pesquisa acha-se o descontentamento devido à questão

salarial. Em ambas as professoras reclamam da remuneração: melhores salários implicam maior satisfação no desempenho profissional.

A vontade de não pertencer mais a categoria funcional do magistério, na região lageana, é bem superior à média nacional, respectivamente, 43,4% e 13,2%.

O sucateamento é generalizado atinge a política, economia, saúde, habitação e a educação.

Nessa pesquisa, 86,8% das professoras com curso de graduação, ganham salário inferior a R\$ 500,00 (quinhentos reais)²⁵, entretanto 15,2% das professoras desejam melhoria salarial.

Em um confronto entre este percentual e o percentual de professores descontentes com o magistério que desejam abandonar a profissão (43,4%) em função da baixa remuneração, verificamos que há uma certo descompasso entre as respostas obtidas: querem desistir do magistério, para ganhar mais dinheiro em outro emprego; preferem exercer outra ocupação a lutar junto com o próprio sindicato e há uma aposta na melhoria das condições econômicas mudando de trabalho. Entre as reivindicações a salarial é a principal, quando ela não é

²⁵ Não consideramos as gratificações ou os descontos, nossa base de análise não é o vencimento líquido, mas o bruto.

viabilizada, surge o desencanto pelo trabalho pedagógico, podendo conduzir à mudança de trabalho, objetivando melhores salários.

Há, porém, um fator que concorre para o abrandamento do cotidiano, pois, se as professoras são aquelas que conseguem conviver com as tristezas (salário, carga de trabalho, desgaste diário, enfrentamento de situações problemas...), as alegrias habitam estes seres humanos.

"Apesar do salário não muito atraente, a relação do trabalhador com o seu trabalho é tão positiva e gratificante que o salário, mesmo sendo fundamental para a sobrevivência do indivíduo, acaba ocupando um lugar secundário na sua fala. Não significa que o trabalhador não sinta o problema com o salário, mas sim que o prazer que deriva do trabalho ocupa um lugar importante afetivamente, a ponto do trabalhador esquecer momentaneamente dos seus problemas concretos e mergulhar nos encantos de uma função que o coloca como uma pessoa tão importante para o outro" (Codo, 1999, p.104).

As alegrias se manifestam no cotidiano escolar, na vida da professora, na sala de aula, na pausa com as colegas, enfim no mesmo espaço promotor de tristezas engendram-se as alegrias e mesmo sendo passageiras, elas são uma realidade presente na existência da professora.

"Não quero que os meus alunos fiquem apenas decorando o nome dos países, quero que tenham uma noção crítica de História ou Geografia... Não basta que os alunos saibam fazer contas, é preciso que saibam raciocinar segundo a lógica matemática... Mais importante do que as leis e os símbolos deste ou daquele país, procuro ensinar uma ética e uma moral capaz de transformá-lo em um cidadão... Busco desenvolver em meus alunos a capacidade de crítica, o sentimento de justiça... é preciso que o aluno traga sua realidade concreta para a sala de aula, ou é preciso levar a realidade concreta para a sala de aula" (Codo, 1999, p. 40).

O sentimento da professora de poder contribuir com a sociedade e com a sua classe em termos de conhecimento é uma das alegrias proporcionadas pelo trabalho do magistério. Quando ela consegue atingir os objetivos de professora, da educação, de ensinar, de contribuir para o processo de capacitação dos alunos, concebe esta ação como uma vantagem prazerosa do magistério.

A alegria repousa no fato do trabalho com a educação ser desgastante, porém ele é livre. A professora é autônoma. E só o fato de estar mudando de sala a cada aula, é motivo de novos ares e novos desafios.

A alegria é renovada quando a professora encontra um ex-aluno e é cumprimentada, "bom dia, professora!", vem à memória a imagem daquele aluno rebelde desobediente,

incomodativo. A recompensa encontra-se no reconhecimento do ex-aluno, naquele simples "bom dia, professora".

"Ter tido a sorte ou a coragem de fazer a coisa certa, definitiva, ter certeza de que as suas palavras mudaram a vida alheia. Quanto prazer tudo isto nos dá. (...) Educar, portanto, é o ato mágico e singelo de realizar uma síntese entre o passado e o futuro, educar é um ato de reconstruir os laços entre o passado e o futuro, ensinar o que foi para inventar e re-significar o que será" (Codo, 1999, p. 43).

CAPÍTULO II

**PROFESSORAS E SINDICATO NA CONSTRUÇÃO DE UMA
IDENTIDADE COLETIVA**

PROFESSORAS E SINDICATO NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA

Na trajetória social brasileira a relação das professoras com o sindicato representa uma aproximação muito recente, pois elas estiveram proibidas de participar do sindicato até à Constituição de 1988, quando conquistam o direito à sindicalização.

O distanciamento do magistério em relação ao sindicalismo até a década de 1980, não se constituiu em uma ineficácia da categoria, pelo contrário, constituiu-se em um processo de eficácia da conjuntura política e econômica pró-contentamento da categoria com a situação de convívio com associações de expressões localizadas, inibindo o sentimento de uma identidade coletiva a partir das necessidades do trabalho pedagógico em nível ampliado, seja na esfera estadual ou nacional.

A inserção no regime castrador, instaurado a partir de 1964, cerceava qualquer probabilidade organizativa. A força

ideologizante da não organização social ecoava bem mais forte do que a capacidade real de construir forças para além de uma associação. Com o declínio da ditadura as forças vivas da sociedade passam a imprimir novo ritmo de organização social, recuperando as potencialidades do processo organizativo e democrático, novidade como a necessidade de discutir o próprio processo "democrático" internamente nas instituições, sendo a escola contaminada por várias perspectivas educacionais.

E o aceno positivo das professoras e demais servidores para questões esquecidas, durante o período nebuloso da organização social, constituem-se na novidade sindical que passa a contar com o ingresso dos servidores públicos na constituição de seus sindicatos.

Em Santa Catarina, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE) é a instituição que participa do processo de construção da sindicalização entre os professores públicos estaduais. O Sinte, que nasce no bojo da retomada do movimento sindical nacional e regional, surge do movimento antecedente, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina²⁶.

²⁶ A ALISC foi criada para expressar uma vontade das várias associações constituídas em vários municípios do Estado. Teve o papel de congregar na esfera estadual a vontade da categoria do magistério. No período de sua

A ALISC - Associação dos Licenciados de Santa Catarina - teve sua criação em plena ditadura militar, a oito de maio de 1966, com o objetivo de organizar a categoria, conquistar e garantir direitos dos trabalhadores em educação de todo Estado.

É a Alisc que promove as primeiras greves no Estado, ainda no período da ditadura militar, conforme podemos observar no quadro "cronologia de greves do magistério estadual".

ANO	GREVES DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1980	Com cerca de 800 filiados, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), fez a primeira greve de entidade sindical no Estado e a Segunda da categoria no Brasil.
1984	Conquista histórica da categoria, conseguindo o envolvimento dos professores na elaboração do Plano Estadual de Educação
1985	Filiação da ALISC à CUT e conquista das eleições para diretores de escolas.
1986	O Plano de Carreira, o Estatuto do Magistério e o Conselho deliberativo Escolar são aprovados. (Após mobilização).
1987	O magistério realiza greve de 54 dias , sendo a primeira conjunta com o funcionalismo.
1988	Transformação da Associação ALISC em sindicato, e da APROL em Regional do Sinte. Surge o SINTE/SC.

Fonte: Jornal do Sinte, julho/1999, SINTE 33 anos de luta (1966 – 1999).

A conquista de alguns direitos, reflete o empenho da primeira organização dos professores comandada pela ALISC, que teve à sua frente os seguintes presidentes²⁷.

fundação reunia forças políticas vinculadas ao magistério distribuídas em três correntes mais explícitas: os governistas, os peemedebistas e os de esquerda.

²⁷ Dados extraídos de: sinte-sc@matrix.com.br

1. Nelson Teixeira - nomeado para presidir a posse da primeira diretoria eleita.
2. Maria Carolina Galtolo Kelisif - eleita.
3. Júlio Wiggers - eleito.
4. Júlio Wiggers - reeleito. Em seu segundo mandato o vice assumiu - Mauro Francisco Vieira.
5. Élvio Prevedello - eleito.
6. Oscar Ascindino da Rosa - eleito.
7. Ana Maria do Nascimento Aquini - eleita.
8. Ideli Salvatti - eleita.

Construção do Sinte

"Foi também concedido o direito de sindicalização aos funcionários públicos que vinham, desde fins da década de setenta, ampliando enormemente suas associações de classe, mas que era vetado o direito de criar sindicatos" (Antunes, 1995 p 42).

A construção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, reflete um momento de necessidades sociais no aspecto da organização da categoria dos trabalhadores em geral, sendo que o magistério inseriu-se neste contexto de necessidades, expressando a luta pela valorização da categoria de forma organizada. Esta forma foi encampada pelo próprio sindicato que passou a ser a entidade representativa das professoras a

partir de 1988, o qual se organizou nas várias regionais estaduais²⁸.

"Esses momentos constituem parte da história de representação jurídico-política dos docentes; marcam sua presença na sociedade - com limites e possibilidades - e o início de sua transição para o estatuto jurídico-político de Sindicato dos Trabalhadores da Educação da Rede Oficial de Ensino do Estado de Santa Catarina - SINTE.

O SINTE é criado em 06 de outubro de 1988 (data do pedido de registro junto à Delegacia Regional do Trabalho), em Assembléia Geral do magistério, realizada na cidade de Florianópolis, nas dependências do Colégio Estadual Henrique Stodiek, com presença de aproximadamente sessenta pessoas, conforme a ata de registro das atividades. Nesta Assembléia, votou-se o Estatuto provisório e elegeu-se também uma diretoria provisória. Em 27 de maio de 1989, em nova Assembléia Estadual do Magistério, realizada na cidade de Rio do Sul, a qual contou com a presença de representantes das regiões de Brusque, Florianópolis, Joinville, Xanxerê, Criciúma, São Miguel d'Oeste, Lages, Araranguá, Chapecó, Caçador, Joaçaba e Rio Do Sul, totalizando cerca de seiscentas pessoas, foi votado o Estatuto oficial do SINTE" (Sousa, 1996, p. 54 - 55).

²⁸ A regional do Sinte, em Lages, abrange dezoito municípios, a sua inserção é a mesma organização da educação enquanto CRE, e a mesma enquanto divisão política, região serrana de Santa Catarina.

Tabela 8. Percepção do sindicato pela base

RESPOSTAS	%
Lutar pela categoria	41,3
Lutar pelo salário	15,2
Esclarecer sobre leis e direitos	10,8
Auxiliar na capacitação docente	08,6
Não possui papel/influência	06,5
Não respondeu	17,6
Total	100,0

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000.

Entre as entrevistadas, 41,3% afirmam genericamente que cabe ao sindicato lutar pela categoria. Para 10,8% a relação do sindicato com os seus associados deve ser no sentido de esclarecer sobre as leis do magistério e seus direitos. Outro ponto evidenciado é que o sindicato recebe a atribuição de auxiliar na capacitação das professoras, 8,6% confere à entidade essa atribuição.

Sindicalização

A filiação sindical, em Santa Catarina, envolve todos os trabalhadores em educação e contempla serventes, vigias,

merendeiras, inativos, com uma base aproximadamente de sessenta mil trabalhadores²⁹.

No município de Lages a sindicalização é de 66%, mas se analisarmos somente os outros municípios, deixando Lages fora, o percentual de sindicalização cai para 20,98%; portanto é menos que a média estadual, conforme podemos observar a seguir.

Tabela 9. Sindicalização no Estado de Santa Catarina e Região Serrana

PROFESSORES POR LOCAL DE TRABALHO	BASE DA CATEGORIA	% SINDICALIZADOS
No Estado de Santa Catarina – (março de 2000)	60.000	23,83
Na Regional da 7ª CRE – (maio de 1999)	2098	44,23
No Município de Lages – (maio de 1999)	1083	66,00
Nos demais municípios menos Lages (maio de 1999)	1015	20,98
Professores Pesquisados – (nov/dez. de 2000)	046	37,00

Fonte: dados do Estado de SC. – Jornal do SINTE julho/1999, Sinte 33 anos de luta (1966 – 1999), e os dados da Regional e de Lages. Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dados base fornecidos pela 7ª CRE.

Já o índice de sindicalização, em Lages, é superior a média de sindicalização no sul do Brasil, conforme as tabelas anteriores, no entanto o levantamento feito junto aos registros da secretaria do Sinte de Lages, não separa os

²⁹ No planalto, trabalhamos apenas com o número de ativos do magistério, efetivos e contratados, o que eleva o percentual de sindicalização, incluindo o município sede da região, comparado à média estadual.

filiados sindicalizados professores dos demais servidores. Nesse expressivo percentual estão incluídos todos os trabalhadores em educação sindicalizados, envolvendo serventes, vigias, merendeiras, administradores, supervisores e orientadores educacionais.

Tabela 10. Filiação dos Trabalhadores em Educação no Serviço Público Estadual do Sul³⁰

NOME DOS SINDICATOS³¹	ESTADOS	BASE DA CATEGORIA³²	%
CEPERS/SINDICATO	Rio Grande do Sul	143.200	58,85
APP/SINDICATO	Paraná	80.400	51,86
SINTE	Santa Catarina	60.000	23,83

Fonte: ROSA, J.B. Professoras e Sindicato.2000.

³⁰ Os dados repassados do Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul, são números aproximados, segundo a secretaria destes sindicatos. O número de sócios do Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul - CEPERS/SINDICATO foi atualizado em março de 2001.

³¹ CEPERS/SINDICATO - Centro dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul. APP/SINDICATO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. Permaneceu a sigla APP (Associação dos Professores Públicos), hoje possui caráter de sindicato, o que antes era uma associação. SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

³² Os números colocados são aproximados, não são dados atualizados, informações coletadas pelo autor junto às secretarias sindicais de cada Estado mencionado.

Tabela 11. Motivos da não Filiação

RESPOSTAS	%
Desinteresse	31,0
Discordância	27,5
Desconhecimento	20,6
Outro motivo	13,7
Não respondeu	7,2
TOTAL	100,0

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e Sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000.

A não sindicalização das professoras deve-se ao desinteresse, discordância e desconhecimento (a escola Emiliano Ramos, de Capão Alto, não possuía nenhuma filiação, até maio de 1999).

Não dispomos de informações capazes de evidenciar o que o sindicato deixou de fazer ou promover em prol da sindicalização nesse município, uma vez que os questionários aplicados não fizeram referência a este fato.

Tabela 12. Motivos da Filiação no sindicato

RESPOSTAS	%
Não sabe	41,5
Reforçar a representação	34,7
Consciência	19,5
Segundas intenções	04,3
TOTAL	100,0

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e Sindicato 1988 – 1988. Dez. 2000.

Quando formulamos a pergunta, "Por que os professores são impelidos, a sindicalizarem-se?" 41,5% das entrevistadas não souberam responder. Convém lembrar que, em 1988, houve uma campanha de filiação e muitas professoras se filiaram dentro de uma espécie de euforia no preenchimento da ficha sindical, sem que houvesse a devida orientação sobre o significado do ato. Algumas filiações ocorrem por amizade, outras por constrangimento.

Além de não saber porque é sindicalizada, verificamos, através de uma pergunta do questionário, que, quando perguntadas a respeito do conhecimento da política do sindicato, 69,6% das professoras responderam que não conhecem a política do sindicato, apenas 23,9 conhecem.

O sindicato tem uma proposta de política sindical que se manifesta na luta pela qualidade do ensino, valorização do professor, defesa da escola pública e envolvimento partidário. Esta, porém, não chega até as escolas, pois não há uma verdadeira inserção do sindicato na escola, devido à falta de contato com a sua base³³.

"Existe algumas coisas que o sindicato faz, que dão visibilidade de sua organização, estimulando dessa forma a

³³ O contato com a base significa os dirigentes visitarem as unidades escolares, não bastando a representatividade da escola. A visita, normalmente acontece na época da eleição da nova diretoria.

filiação, sem estimular a participação. Um exemplo é ação que o sindicato entrou em prol dos aposentados filiados, os que não eram filiados, não sócios não ganharam as vantagens da ação. Este é um dos muitos exemplos que estimula a filiação no Sinte. E como este exemplo existem outros que incentivam a filiação. As diretorias do Sinte sempre lutaram para manter a visibilidade do Sinte, o sindicato dos professores tem uma repercussão social, ele se apresenta na sociedade. Ele constantemente está na imprensa, mantém uma coluna em um jornal de circulação estadual, esses fatores contribuem com a divulgação do processo de filiação. Agora a participação é uma coisa que tem muita complicação. Uma delas é que o governo aprendeu a lutar com as formas de manifestação e de atuação do sindicato, aprendeu a lidar com as greves, passeatas, dias de paralisação. A participação possui elementos mais complexos. Até porque muitos professores pensam que pela filiação, o desresponsabiliza da participação. (Salvati, professora e deputada estadual, entrevista concedida ao autor em 30.04.01).

Apesar do sindicato de professores ter existência relativamente recente, constitui-se em um ator fundamental na proteção e valorização da categoria, agregando interesses que defendem o ensino público, a permanência de uma educação orientada pela escola pública e contra o processo de privatização educacional. Coloca-se como defensor do acesso à educação como sendo direito de todos, mesmo enfrentando as ordens instaladas da privatização generalizada, onde a educação é apenas mais um produto no jogo do mercado.

A dialética na passagem de associação à sindicato

A luta do magistério, na região serrana começa com a criação da Associação dos Professores de Lages (APROL), por volta da década de 1970.

A Associação dos Professores de Lages aglutinou as professoras do magistério público estadual, e teve sua área de abrangência apenas no município de Lages. Foi com esta iniciativa que o magistério começa o processo de reconhecimento dos seus direitos.

A APROL é uma organização com Estatuto de funcionamento registrada legalmente, com inserção local, no município de Lages. No mesmo nível de organização no Estado existe a ALISC (Associação dos Licenciados de Santa Catarina).

A associação teve inicialmente um caráter de confraternização, de troca de idéias, de encontros lúdicos (de recreação, de tomar um chá, café e umas mãos de mate/chimarrão). A partir das conversas informais, surgiu o interesse em transformar os momentos de encontros, em lutas pela educação. Na mesma época, outros segmentos da sociedade vinham lutando por direitos vinculados aos desafios do trabalho, especialmente, os trabalhadores do setor privado, e o próprio magistério em nível estadual que tinha a ALISC como vanguarda.

A APROL foi transformada numa Regional do SINTE/SC, em 1988, ocorrendo o mesmo com a ALISC, no Estado de Santa Catarina, que se transforma em SINTE/SC³⁴.

À APROL incorporavam-se professores estaduais licenciados³⁵, pois a condição para ingresso era ser professor com diploma/certificado ou com experiência, prática pedagógica. Os demais trabalhadores em educação não integravam a APROL no período inicial de sua existência, o reconhecimento do trabalho na educação dos demais integrantes da escola, só aconteceu posteriormente com a criação do Sinte. Este fato gerou muitas discussões iniciais, uma vez que havia professoras que não aceitavam discutir os problemas da educação sentadas no mesmo banco que os demais funcionários e funcionárias da escola.

Quadro 3. Presença do Sinte na Organização das Professoras

ANO	GREVES DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1988	Transformação da Associação ALISC em sindicato, e da APROL em Regional do Sinte. Surge o SINTE/SC.
1991	Greve geral, 64 dias. No início do ano a rede pública, lança a campanha SOS Escola Pública.
1992	Fortalecimento dos trabalhadores brasileiros no movimento pelo "impeachment" de Collor, os trabalhadores da educação somaram forças, balançaram bandeiras e gritaram juntos – "fora Collor".
1993	Outra greve, pela dignidade da profissão os trabalhadores lançaram a pesquisa SOS Professor em Extinção.

³⁴ Em quatro de outubro de 1988, foi criado o SINTE/SC, com base na nova Constituição Federal.

³⁵ Licenciado entendido como aquele professor que obteve a conclusão do seu curso superior, estando apto a ministrar aulas no primeiro e segundo graus da rede pública.

ANO	GREVES DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA
1994	O ano da "Cruzada em Defesa da Escola Pública", lança a vigilância pedagógica, professores, funcionários, pais e alunos fecharam escolas que se encontram em condições desfavoráveis, exigindo a reforma em muitas delas.
1995	Greve de 59 dias , com a conquista do último reajuste salarial.
1996	Luta pelo "impeachment" do governador Paulo Afonso Vieira.
1997	I Conferência Estadual de Educação, preocupação com a formação e a ação pedagógica da categoria.
1998	Na pressão, a categoria garante a aprovação da Lei 170, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação.

Fonte: Jornal do Sinte, julho/1999, SINTE 33 anos de luta (1966 – 1999).

Para a categoria ter um sindicato representa uma ruptura, em termos de identidade coletiva, não mais o associativismo genérico, mas uma organização que tem na categoria, a base de sustentação. A utilização da expressão "professoras, trabalhadoras em educação", passa a fazer parte da vida das professoras. Estas inserem-se, como tantas outras categorias, que formam a classe³⁶ dos trabalhadores assalariados.

A passagem de associação para sindicato não representa uma passagem simples, sem resistências. Muitas professoras querem ficar com aquela imagem de que o seu serviço é um sacerdócio e, assim compreendido, fica complicado pertencer ao conjunto de trabalhadoras que briga, faz greve e reivindica. Resistem à transformação, algumas manifestam restrições de participarem do movimento dos trabalhadores em

³⁶ Por classe entendo um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma estrutura, nem como uma categoria, mas como algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso a noção de classe contém a noção de

geral. Sentem-se diferentes; as primeiras reuniões que envolvem o corpo docente, envolve também serventes da escola, merendeiras e vigias, vistos com restrições pelas professoras. Há dificuldades na aceitação do sindicato que tenha em sua base trabalhadoras em educação e não somente professores.

É presente no imaginário e na ação das professoras a discussão do pertencimento como categoria a classe trabalhadora, envolvendo todos os que atuam na mesma escola. Esse avanço não foi resolvido totalmente, ainda há discordância, muito embora a direção do Sinte soube muito bem ir criando a consciência como fortalecimento da luta geral de todas as professoras. A orientação por parte da direção do sindicato é muito bem estruturada e não deixa dúvidas da necessidade de um trabalho articulado com todos os segmentos da escola, envolvendo os trabalhadores em educação. E, se persistem algumas restrições no presente, elas não são tão expressivas como no princípio da construção do Sinte.

Na Associação Lageana de Professores os embates não eram tão acirrados, pois a discussão política sobre a participação do Sinte na Cut, era hegemônico, enquanto equipe diretiva do sindicato. Isso fez com que o próprio tempo levasse as

professoras com opiniões divergentes a aprender a conviver com filiação sindicato/Cut. Se a aceitação não é total por parte das professoras, não existe um movimento para impedir o envolvimento da categoria com esta central sindical, conforme pudemos observar nas conversas informais presentes na sala dos professores.

Alguns explicam a resistência ao Sindicato, a não aceitação da entidade sindical, como Katita³⁷ "... na época da APROL, a gente se entendia", e continua: "sindicato é coisa para trabalhador". Portanto diferencia a identidade de professora enquanto trabalhadora assalariada, também, por conseguinte, da necessidade do sindicato.

Um outro depoimento evidencia a concepção negativa de sindicato no meio das professoras. É o caso da professora Helvira:³⁸ "... na associação, nós mandávamos!"

Esses depoimentos explicitam o momento de passagem, de mudança significativa nas lutas dos professores tendo um sindicato à frente, conforme expressa Oliveira (1987, p. 158)³⁹, em sua reflexão.

³⁷ Nome fictício, tal constatação resultou de conversas informais onde observei as manifestações carregadas de senso comum. Entendendo o senso comum como um ponto de partida é que colocamos tais constatações.

³⁸ Nome fictício.

³⁹ "A educação do educador é um processo complexo e difícil. É importante que se perceba o que está acontecendo na sociedade brasileira de hoje. O

Acompanhou e acompanha a trajetória dos trabalhadores uma força estranha à sua vontade que é a assimilação bem sucedida (do ponto de vista dos dominantes), da ideologia negativa do sindicato. Para desconstruir esta ideologia o sindicato investe no sentido de construir a expressão histórica da palavra sindicato, aquela que denota a vontade, a aspiração da classe trabalhadora, construir uma contra-hegemonia e caracterizar historicamente a luta dos operários, a partir de uma lógica não capitalista.

O sindicato ocupa uma posição relevante, principalmente, na década de 80, quando foi entendido como uma organização que representa os anseios e aspirações dos trabalhadores, no momento de confrontos e barganhas acirradas. Torna-se relevante pelo fato de convergir as aspirações da categoria em uma voz unívoca. Ao contrário, vozes isoladas tendem a dificultar a conquista de direitos trabalhistas, além de fragmentar a luta e forjar o individualismo. Mesmo em épocas de crises, arrocho salarial, desvalorização profissional, falta de capacitação, não reconhecimento de cursos específicos, extinção de conquistas, tais como: plano de saúde, regência de classe e triênios, não repasse dos índices inflacionários aos salários, necessidade de revisão do plano

educador está reeducando-se em grande parte por sua ação militante, à medida que aceita a condição de assalariado, que proletariza sua consciência, portanto seus modos de ação" (Oliveira, 1987, p. 158).

de carreira do magistério, houve um grupo de professores que não desistiu da luta através do sindicato.

Existe uma tentativa de culpar o sindicato por determinadas crises, principalmente, quando se trata de interesses opostos à classe trabalhadora, observa-se a presença de relações trabalhistas fugindo ao controle sindical. No magistério público a existência dos contratados temporariamente é modelo disfarçado para inibir a filiação ao sindicato, pois são eles os primeiros a sofrerem ameaças no sentido de perder o seu emprego.

Atualmente, há uma tentativa de dismantelar ou acabar com o sindicato⁴⁰ por parte daqueles que representam o capital, fica fácil atribuir determinadas culpas sociais à atuação sindical e inibir os trabalhadores em uma ação sindical. Ataques desmobilizam a luta no campo da sociedade civil e tentam justificar a marginalização como algo "normal" e "natural".

O problema se manifesta no campo sindical do magistério em dois momentos distintos: o sindicato como uma necessidade

⁴⁰A dessindicalização a que hoje assistimos não responde apenas a um processo estritamente econômico. O afluxo, ao mercado de trabalho, de um novo tipo de trabalhador condicionou substancialmente a perda de força e vigor do movimento sindical tradicional. (Sader & Gentili, orgs. 1995, p 30).

para o funcionalismo público (no primeiro - articulação), e a perda do poder político (segundo momento desarticulação).

A crise do sindicalismo é um tema controverso e amplo. Uma forma de restringir o problema é analisá-lo em termos de poder. Na trajetória sindical no Brasil, não há desfiliações como na Europa, todavia a participação na vida sindical vem demonstrando relativa perda de poder político e de representação.

A perda do poder político do sindicato não é um fato isolado de uma certa região ou, até mesmo, de determinado país, mas está associado aos processos de reciclagem do próprio capitalismo, do capital flexibilizado.

No caso do Sinte regional, esta constatação se faz sentir através do processo de sub-contratação da educação, quando observamos que o maior número de docentes são Admitidos em Caráter Temporário, os ACTs.

Esse conjunto de professores que não se constitui em efetivo permanente, dificulta a inserção do ponto de vista das lutas sindicais, pois eles são expressivos nas escolas e no Estado, em geral, ultrapassam a 50% do magistério e, por não ter certeza de seu vínculo no ano seguinte, o seu envolvimento é limitado.

O Sinte nasceu dentro da concepção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A história coletiva dos trabalhadores em educação possui dois períodos:

a) no primeiro o predomínio de associações⁴¹ municipais, como por exemplo, em Lages, a Associação dos Professores de Lages (APROL), em Joinville, a Associação dos Professores de Joinville (APJ), e tantas outras construídas no Estado inteiro. A Associação das Orientadoras Educacionais de Santa Catarina (AOESC), a Associação das Supervisoras Educacionais de Santa Catarina (ASESC) e a Associação das Administradoras Escolares de Santa Catarina (AAESC), cujo objetivo era congregar as orientadoras, supervisoras e administradoras que não participam da mesma organização das professoras.

Estas Associações de cada município, filiavam-se a uma outra associação de nível estadual, a ALISC⁴².

"Em 1985, a ALISC filia-se à CUT, num processo muito tumultuado. A discussão sobre o mérito da questão restringe-se, quase que exclusivamente, aos militantes e lideranças, não envolvendo, de maneira contundente, os demais segmentos da categoria. Para o conjunto dos trabalhadores da educação despolitizada

⁴¹ Nas Associações municipais, só participavam professores, os demais trabalhadores da escola não participavam da associação, eram especificamente professores, licenciados, designados ou contratados.

⁴² Na Associação Estadual, a ALISC, só participavam os licenciados, professores habilitados, nenhum outro poderia participar da Associação, a condição de ingresso era ser professor licenciado.

ou pouco politizada da realidade, não havia necessidade da ALISC 'envolver-se' com 'essas entidades', evitando com isso, atrapalhar o movimento" (Sousa, 1996, p. 43).

b) No segundo, quando a ALISC é transformada em sindicato, por extensão todas as associações filiadas a ela, passam a fazer parte do Sinte, enquanto secção sindical regional, compondo a organização não mais por município e sim por região.

Quadro 4. Composição do Quadro do Magistério

1. Do total de professores 2098 (dois mil e noventa e oito), pertencentes à região serrana, 1000 (um mil) são efetivos, os demais 1098 (mil e noventa e oito) são Admitidos em Caráter Temporário - os ACT.
2. Dos mil e noventa e oito professores ACT, quatrocentos e noventa atuam no ensino Fundamental, seiscentos e oito atuam no ensino Médio.
3. Dos quatrocentos e noventa professores ACT que atuam no ensino Fundamental, duzentos e oitenta e oito são habilitados, duzentos e dois não habilitados.
4. Dos seiscentos e oito professores que atuam no ensino médio, somente cento e vinte e nove são habilitados.
5. Os professores que atuam na APAE sessenta e sete são efetivos, contra cinquenta e sete ACT.
6. Os professores que atuam na APAS, três são efetivos e dois, ACT.

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 - 1998. Dez. 2000.

Sindicato dos Trabalhadores - Lages

A presença da organização dos trabalhadores através de seus sindicatos, no município de Lages, revela um percentual em torno de 18,08%, se compararmos a população do último censo (2000). Isso significa que existe 29.560 trabalhadores, os quais possuem um sindicato que representa a sua categoria organizacional. Esse número revela a presença de alguns sindicatos que incorporam em seus quadros de referência organizativa trabalhadores que pertencem a outros municípios da Região Serrana, portanto, possuem sua sede em Lages.

Os sindicatos que apresentam uma estrutura organizacional fixa, com sede e estatuto próprio, são os seguintes: Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Papel, Papelão e Cortiça, Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde, Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Metal Mecânica e Materiais Elétricos, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Alimentícia, Sindicato dos Vigilantes e Segurança, Sindicato dos Taxistas, Sindicato dos Motoristas, Sindicato

dos Trabalhadores na Indústria da Construção Mobiliário, Sindicato dos Gráficos, Sindicatos dos Trabalhadores nos Transportes Rodoviários, Sindicatos dos Contabilistas, Sindicatos dos Engenheiros, Sindicato da Fiação, Tecelagem, Vestuário, Couro e Calçados, Sindicato dos Aposentados, Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais, Sindicato dos Professores Municipais e Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Professores Estaduais).

A história local identifica-se com a de outros tantos lugares marcados pelo enfrentamento de interesses contraditórios. E a história singular no Sinte não é muito diferente de outros movimentos, já enraizados entre os trabalhadores em geral.

O quadro anterior demonstra o número de trabalhadores em Lages, e considerando-se os trabalhadores na educação públicos municipais e estaduais, esta categoria forma a maior base de trabalhadores locais.

O Sindicalismo no caminho dos trabalhadores brasileiros.

Supor que trabalho e capital possam se desenvolver conjuntamente, dentro de uma mesma ótica, é desejar que duas substâncias heterogêneas reajam de forma homogênea. O

trabalhador só poderá se valer do capital, quando se apossar da própria produção.

A inconciliabilidade se expressa, quando ele produz riqueza e o patrão se apossa, gerando a exploração, a mais-valia. Nas palavras de Antunes, "é o confronto do trabalho concreto (valor de uso), com o trabalho abstrato (valor de troca)".

Simão, quando analisa o capítulo da Indústria e o Operariado, enfatiza: "... o que todavia, importa destacar, ... no último quartel do século passado (XIX), um proletariado urbano começava a diferenciar-se no quadro da economia regional" (Simão, 1966, p.13).

É bem verdade que antes da abolição da escravidão há mobilizações para defesa dos direitos dos trabalhadores, como por exemplo, a greve dos ferroviários, em 1863, e a dos estivadores, em 1877. Na história das lutas dos trabalhadores marca época o Congresso, realizado em 1906.

"Primeiro Congresso Operário Brasileiro em 1906: considerando que as multas nas oficinas e fábricas sobre qualquer pretexto, são prejudiciais aos trabalhadores, o Congresso aconselha uma forte resistência contra as mesmas" (Simão, 1966, p.72).

O Primeiro Congresso Brasileiro sofre a influência direta dos anarquistas - a corrente anarco-sindicalista -, defendendo um sindicato autônomo, de resistência, não beneficente, cuja meta era o chamado sindicalismo revolucionário. A influência anarco-sindicalista, porém, enfrenta várias críticas de segmentos sociais conservadores que vêem outros mecanismos para a condução da ação proletária, no caso os comunistas que defendem a prioridade do "movimento" em relação à "meta", ou seja, o poder social superando o poder revolucionário.

"O Centro Operário Católico Metropolitano, em assembléia geral realizada com a presença de representantes de todas as comissões distritais e centros confederados, votou a seguinte moção: os operários católicos hipotecam incondicional apoio a todas as classes conservadoras, na emergência atual, e declaram-se ao lado do governo para a repressão ao anarquismo, protestando contra as Ligas que decretam a pseudo-greve de solidariedade com elementos perigosos que só prejudicam o operariado" (Simão, 1966, p.117).

Na consolidação econômica (1888 - 1900), há uma desarticulação entre os espaços de trabalho ocorrendo apenas ações isoladas.

Mesmo enfrentando os inimigos comuns, Estado e empregadores, durante o momento de constituição da República,

em 1889, o movimento operário não se apaga, a cada fase ou ciclo econômico concretiza seu aprendizado e se coloca como contra-ponto diante da presença do capital. Nas palavras de (Manfredi, 1996) "os sindicatos realizaram ações, movimentos que facilitaram a educação e aquisição cultural junto aos trabalhadores".

Os trabalhadores vão formando sua identidade na própria luta, pois o cotidiano propicia uma bagagem que faz refletir sua inserção enquanto ator social, é o que Manfredi chama de "educação popular".

A atuação dos imigrantes no cenário do trabalho brasileiro influenciou a visão e a vinculação com o anarco-sindicalismo, oriundo da Europa. Essa influência é tão expressiva que, em determinado momento, o governo estipula o limite de 30%, para a participação da força de trabalho estrangeira por empresa. É criada uma organização vinculada ao governo, os denominados "amarelos" cujas reivindicações eram diferentes da orientação anarco-sindicalista. O governo tenta minar a organização dos trabalhadores, utilizando-se, da repressão e da perseguição.

O período da I Guerra Mundial influencia vertentes sindicais em desenvolvimento, assim como a Revolução Russa, de 1917. Neste momento, a "questão social é definida, como

uma questão de polícia" exatamente assinalando, segundo a ótica capitalista, uma contenção do movimento operário liderado pelos anarquistas.

Em 1920, é realizado o III Congresso Operário Brasileiro, refletindo uma divisão político-ideológica no movimento operário, aparece a tendência Comunista, questionando determinadas formulações do sindicalismo anarquista.

A vitória da Revolução Russa tem reflexos entre os comunistas do Brasil que começam a ocupar espaço no campo sindical, dando sustentação ao processo organizativo dos operários. Criam uma vertente política, sustentada pelo PCB, que vai imprimir um novo impulso para a luta operária. "O sindicato deve, por isso ser autônomo em face de todas as demais instituições, e heteronômico em relação aquele partido político" (Simão, 1966, p. 195).

À medida que os trabalhadores adquirem consciência, conseguem ampliar o espaço das lutas por melhores condições de emprego, levando-as além da fábrica, vinculando-as diretamente à urna, são os chamados votos conscientes. A luta sindical não pode ser uma oposição restrita, é preciso também imprimir oposição no desfecho político, não há como justificar votos transferidos para representantes do capital. O PCB, começa a lançar candidatos "orgânicos à classe",

conseguindo importantes vitórias. O ABC Paulista é o maior exemplo dessa afirmação, ali se presencia a ação comunista junto aos operários urbanos..

E, quanto mais cresce o respaldo comunista junto aos operários, mais o Estado arma-se e une-se no sentido de combatê-los. Expressões da época como: "o monstro também ronda o Brasil" comprovam o surgimento de uma aversão aos simpatizantes da nova filosofia política.

Ainda na luta contra o ideário comunista é disseminada, por parte do governo e do Estado a idéia de que "Os comunistas querem acabar com o país". Muito mais que o medo aos simpatizantes, o capital percebe a ameaça da ideologia do Estado Socialista, a partir da Revolução Russa de 1917.

A crise de 1929, enfrentada pelo capital mundial, iniciada nos EUA e atingindo os países periféricos, cria, no Brasil, dificuldades à importação e interfere na produção, reorganizando-a. No bojo dessa crise, desenvolve-se o governo Getulista, marcado pelo forte controle populista⁴³. Seu governo é conhecido por "acender uma vela à Deus a outra ao diabo", isto é, abre o país para o capital internacional e

⁴³ O populismo, ação enganosa, faz uso da massa para fazer suas manobras, demagogia exagerada. Nele a classe trabalhadora, antes enquadrada simplesmente como classe operária, sofre as conseqüências de uma política facilitadora das oligarquias e dos poderosos, disputando o campo político e econômico, sob os aplausos forçados dos trabalhadores, ou dito de outra forma, verdadeiras palmas inconscientes.

instituiu a consolidação das leis trabalhistas, assim como também o direito à sindicalização.

Sindicalismo varguista

French observa que o enquadramento dos sindicatos pelo Governo Vargas não significa um total abandono das aspirações sindicais anteriores. Sindicalistas aproveitam as brechas do sindicalismo vinculado, para dar continuidade e alimentar as possibilidades de mudanças mais substanciais. O Estado Getulista cria uma série de leis trabalhistas, instituiu o salário mínimo, porém paralelo à estas criações surgem outras, como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que define a questão social como "uma questão de Segurança Nacional" (Gomes, 1988). Nas palavras de Weffort, "a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), constitui-se numa camisa de força diante das lutas operárias".

"A famosa Lei da Sindicalização do novo governo, de 19 de março de 1931, Decreto 19.770, rompeu drasticamente com as políticas negativas e repressivas do passado, atribuindo aos sindicatos um status legal bem definido como órgãos consultivos do Estado" (French, 1995, p. 34).

A organização sindical convive com uma estrutura de aparelhamento estatal, graças à ação do PCB que está à frente das lutas operárias, chegando a ocupar relevante posição política em termos de classificação partidária. Isso denota o reconhecimento dos operários, em relação ao trabalho desenvolvido pelos militantes.

Embora o número de sindicalizados, no Brasil, não seja expressivo, muitas greves eclodem no eixo Rio - São Paulo durante o getulismo. Trata-se de um período rico politicamente, marcado por paralisações, greves, pactos, acordos e alianças políticas.

Em meio às crises, a questão social deixa de ser caso de polícia ou de Segurança Nacional e passa a ser uma "questão de estômago". O Governo Getulista, na sua primeira fase (1930 - 1936), enfrenta a ousadia dos operários, o que não é diferente na segunda fase (1937 - 1945) com o chamado "Estado Novo". Para os trabalhadores nenhuma novidade, pois o controle e o atrelamento sindical continuam da primeira para a segunda fase de governo.

O declínio desse governo ocorre mais por vontade militar e acertos de altos postos militares, do que pela vontade popular. Mesmo tendo seu partido político de respaldo (PTB), Getúlio apóia o candidato do PSD, opositor da UDN, ou seja

Dutra x Brigadeiro. O PCB não fica à margem desse processo político e disputa a eleição, conseguindo 10% dos votos com o seu candidato - Fiuzza.

O governo, sucessor de Vargas, instalado adota a mesma prática: caça às bruxas e perseguição irrestrita ao comunismo, principalmente após a II Guerra Mundial, quando o mundo fica polarizado entre comunistas e capitalistas.

O PCB continua minando de tal forma as estruturas que o Estado autoritário impede a posse de um prefeito e vereadores eleitos do PCB (vereador eleito em São Paulo nas eleições de 1946).

"De 1945 a 1946, o número de sindicalizados sobe de 475 mil para 800 mil. Nos primeiros meses de 46, mais de 60 greves estouram em todo o país". (Núcleo de Educação Popular - NEP s/d). De 1945 até 1964, o operariado continua a enfrentar o Estado e o PCB vive um dos raros momentos - a semi-legalidade.

Após 1964, com o golpe militar o governo instaura o regime de exceção e os sindicalistas sofrem toda sorte de problemas: perseguições, exílios e mortes. O regime militar impõe uma organização clandestina. No campo político, o país vive uma forma de governo sem liberdade de expressão: "Os 13 partidos existentes em 1964 são extintos. Em seu lugar são

criados o partido do SIM SENHOR, a ARENA, e o partido do SIM, o MDB" (Núcleo de Educação Popular - NEP s/d).

Sob uma forte ditadura, ser sindicalista é motivo suficiente para ser preso ou enquadrado nas leis que impedem a manifestação política contrária ao governo.

Durante o período ditatorial, há um aumento dos sindicatos rurais, conforme podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 13. Sindicatos urbanos e rurais entre 1964 e 1984.

ANO	SINDICATOS URBANOS	SINDICATOS RURAIS
1964	1.948	189
1968	1.991	639
1974	1.949	1.549
1984	2.312	2.455

Fonte: Oliveira, Romualdo Portela de. Professorado e Sindicato: do sacerdote ao trabalho assalariado. 1987.

O índice de sindicalização, apesar da entrada de novos atores, ainda continua baixo, se comparado a outros países. No geral o país apresenta uma média em torno de 13%, conforme dados apresentados por Armando Boito Jr., em meados da década de 80.

Tabela 14. Sindicalização em alguns países europeus.

PAÍSES	% DE SINDICALIZADOS
Suécia	91,0
Noruega	73,0
Itália	51,0
Grã-Bretanha	46,0
Alemanha	39,0
França	20,0

Fonte: Boito Jr. Sindicalismo brasileiro nos anos 80. 1991.

Durante a ditadura (1964 - 1979), o percentual de sindicalizados é de 10%, e o trabalho da entidade sindical confunde-se com a prática de outras instituições assistenciais, gerando um compromisso com o trabalhador meramente assistencial.

"A principal - e praticamente única - atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período 1968 - 1978 consistiu em implantar ou expandir grandes e dispendiosos serviços assistenciais - serviços médicos, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudos, cooperativas de consumo, etc - convertendo-se esses sindicatos, em espécies de agências da Previdência Social" (Boito Junior, 1991, p. 47).

Após a ditadura, permanece em torno de 13,12% no país, enquanto na região sul alcança 17,93%, um dos mais elevados na história do sindicalismo brasileiro, no período assinalado.

Tabela 15. Sindicalização nas regiões brasileiras.

REGIÕES DO BRASIL	%DE SINDICALIZADOS
Sul	17,93
Sudeste	13,57
Nordeste	12,34
Centro Oeste	11,81
Norte	9,95
Média Nacional	13,12

Fonte: Boito Jr. Sindicalismo brasileiro nos anos 80. 1991.

O novo sindicalismo - a combatividade.

O retorno do movimento social às ruas, no final da década de 70, é o resultado de um processo em que atuam várias organizações que sobrevivem ao regime, (comissões de fábrica e pastorais sociais).

Na metade da década de oitenta e começo da década seguinte, ocorre uma mudança na composição dos blocos que sustentam a ditadura. O mesmo acontece com a classe trabalhadora, como expressão de uma nova conjuntura consolidando as forças dos trabalhadores, (re)significam sonhos esquecidos. Surge assim o "Novo Sindicalismo", representado pela organização de parcelas populares, via

movimentos sociais⁴⁴, capitaneado pela Associação Nacional dos Movimentos Populares (ANAMPOS).

"Durante a década de 80, antes da acentuação dessas tendências mais gerais, o movimento sindical dos trabalhadores (o novo sindicalismo) viveu um momento particularmente positivo e forte, que pode ser detectado quando se constata que:

1) houve um enorme movimento de greves, desencadeado pelos mais variados segmentos de trabalhadores, como os operários industriais (com destaque para os metalúrgicos), os assalariados rurais, os funcionários públicos e diversos setores assalariados médios, num vasto movimento que se caracterizou pela existência de greves gerais por categoria (como a dos bancários em 1995), greves com ocupação de fábricas (como a da General Motors em São José dos Campos em 1995 e a da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda em 1989), incontáveis greves por empresas, até a eclosão de greves nacionais, como a de março de 1989, que atingiu cerca de 35 milhões de trabalhadores, constituindo-se na mais ampla e abrangente greve geral do país. No ano de 1987, por exemplo, houve um total de 2.259 greves, sendo que em 1988, 63.5 milhões de jornadas de trabalho foram paralisadas. (...)

2) deu-se uma expressiva expansão do sindicalismo dos assalariados médios e do setor de serviços, como bancários,

⁴⁴ Durante este período, a primeira mobilização denunciando uma certa abertura política é o movimento denominado "Diretas já", movimento em que a classe trabalhadora, as organizações sociais populares, os partidos classistas e os líderes "orgânicos", pressionam para democratização do país exigindo o sufrágio universal para presidente.

professores, médicos, funcionários públicos etc., que cresceram significativamente durante esse período e se organizaram em importantes sindicatos. (Antunes, 1999, p. 237 - 238)

O "novo sindicalismo", assume outras denominações tais como: "autênticos", "sindicalismo de esquerda", ou "sindicalismo combativo". Estas, denominações apreendem a ação sindical no final da década de 1980, explicitando a mobilização dos trabalhadores impedida durante o período de repressão da organização da classe trabalhadora no Brasil.

A etapa do novo sindicalismo é acompanhada de outras mobilizações da sociedade civil e envolvida por setores organizados representativos desta sociedade.

A ala progressista de setores da Igreja, dá sustentação a esse novo impacto do sindicalismo brasileiro, principalmente, fiéis vinculados às pastorais sociais, Pastoral Operária (PO), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Missionário Indígena (CIMI), os quais também desempenham atividades específicas, vinculados com o trabalho, exercendo suas profissões, sua militância sindical e desenvolvendo atividades pastorais junto aos serviços da Igreja Católica⁴⁵.

⁴⁵ A opção pastoral popular resulta de uma revisão eclesial da ação pastoral que, principalmente, após os documentos de Puebla e Medelim, assume uma ação pastoral específica, seguindo as necessidades mais prementes dos fiéis: "Povo de Deus". Refiro-me às práticas pastorais sustentadas pela ação de alguns sacerdotes e freiras que internalizam uma

A diversidade e a pluralidade são marcas desta nova etapa do sindicalismo na "Nova República". tanto parece ser verdade que segmentos sindicais, estruturados a partir da representatividade, e da pluralidade⁴⁶, imprimem a nova marca do movimento sindical. No embate surge uma polarização, entre a CUT (que engloba os combativos, opositoristas sindicais da esquerda católica, representantes dos grupos marxistas leninistas e trotskistas) e a CGT que engloba militantes ligados ao PCB e PC do B, outros simpatizantes do MR8 e alguns sindicalistas vinculados ao PMDB. Dessa polarização resultam vários embates, sendo um deles a defesa da construção hegemônica frente ao inimigo comum, o neoliberalismo. As posições das centrais sindicais começam a ser expressas diante de projetos sociais, por exemplo, a CUT cuja direção recém-empossada defende o socialismo em suas propostas, enquanto a CGT defende a economia de mercado.

Após a consolidação das forças, expressas através de suas respectivas centrais sindicais, a novidade na questão

educação conseqüente, aderindo ao ofício, no sentido de que o céu é aqui na terra, para justificar a Igreja como um instrumento que deve ampliar a consciência do povo, no sentido de denunciar as injustiças provocadas pelas intransigências do capitalismo.

A hierarquia eclesial, nunca assumiu uma postura definida em relação às causas dos trabalhadores, aliás sempre teve uma postura inibida, evangelizando em forma pendular, nem sempre classificando o joio e o trigo, ou vice-versa.

⁴⁶ É o caso da fundação da CUT (1983), USI (1985), CGT (1986), CSC (1989), FS (1991).

sindical é o aparecimento de novos atores sociais vinculados ao setor público, a partir de 1988. Esta consolidação, segundo Nogueira, é de fato o "novo sindicalismo".

"Referimo-nos às categorias profissionais tradicionalmente consideradas de classe média, como os profissionais liberais (médicos, engenheiros, etc.), os **professores e os funcionários públicos**. Em fase de declínio social, de perda de status, de renda, etc., esses segmentos entraram na luta sindical com grande agressividade, superando inclusive os trabalhadores fabris na realização de numerosas greves. Ideologicamente e politicamente, vêm se revelando mais radicais do que muitos segmentos dos trabalhadores industriais" (Rodrigues, 1991, p. 41), grifo nosso.

O fortalecimento dos sindicatos e as lutas dos trabalhadores fazem eclodir várias greves. Na primeira greve geral, a CUT se envolve com o setor de frente do Movimento Pró-Participação Popular, na Constituinte (1984), e mobiliza a sociedade para as propostas através de assinaturas de vários segmentos sociais (igrejas, associações, escolas partidos...).

Há um cenário de mobilização fortalecendo o novo sindicalismo que se expressa, segundo Nogueira⁴⁷, com a

⁴⁷ O novo sindicalismo, originado das novas associações e geralmente dirigidos por lideranças de esquerda que defendem propostas políticas socializantes, tendem a um sindicalismo de oposição política aos governos. (Revista Plural, p. 15)

característica de diversidade política e a criação de vários sindicatos urbanos. Na mesma perspectiva de compreender os efeitos e bases do novo sindicalismo, acrescenta Clímaco⁴⁸ uma visibilidade da nova realidade dos trabalhadores.

O Sindicato de Trabalhadores em Educação vai construindo⁴⁹ o seu movimento. Podemos dizer que ele nasce dentro do cenário de modificações das lutas travadas entre capital e trabalho.

"Prevalece no interior da organização dos docentes a desesperança, a concepção da lei do mais forte; espalha-se a impotência diante do todo poderoso Estado. (...) O Estado, por sua omissão ou por suas políticas antidemocráticas, tem sido o verdadeiro impulsionador dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que pode funcionar como elemento de contenção desses movimentos" (Souza, 1996, p.51).

⁴⁸ Nos momentos iniciais, a emergência do novo sindicalismo ocorreu em um campo indubitavelmente oposicionista. O movimento sindical não só se opunha ao regime, como também à legislação trabalhista que proibia, entre outras coisas, a greve e a existência de centrais sindicais. Em sua prática, entretanto, o sindicalismo emergente conseguiu romper com estas duas restrições embora não tenha, de início, alterado o arcabouço legal que as regulamentava. (Revista Universidade e Sociedade, v. 9 n° 19, maio/ago. 1999, p. 86).

⁴⁹ **Paralisação** - esta denominação implica cessar as atividades profissionais, num espaço de um a três dias, não mais que isto. Revela não um mecanismo de pressão, mas um mecanismo de descanso profissional e tem grande aceitação no coletivo dos professores.

Greve - quando se discute esta possibilidade, como um recurso último para pressionar o patrão, o Governo, há pouca aceitação, causa o medo no magistério público, medo dos descontos, das punições, do que a comunidade irá pensar do professorado em greve.

A luta do magistério público soma-se às demais lutas sociais dos trabalhadores, ela vai sendo mantida às custas da percepção e vontade de uma nova possibilidade de se fazer ouvir e ver.

"Outra sorte tiveram as greves dos funcionários públicos estaduais, cujas negociações com os governadores legitimados pelo voto direto foram menos acirradas. No mesmo mês de maio, professores da rede estadual de ensino de Minas Gerais e de Santa Catarina firmaram acordos que aumentavam a sua participação nas decisões. (...) Em Santa Catarina a greve terminou sem que fosse atendida a reivindicação salarial, mas os professores conquistaram a formação de duas comissões paritárias para elaborar um Plano Estadual de Educação e efetuar revisão do Estatuto do Magistério" (Noronha, 1991 p.p. 111-112).

CAPÍTULO III

TRABALHO PEDAGÓGICO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

TRABALHO PEDAGÓGICO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

Os homens suprem as suas necessidades e produzem sua existência pelo trabalho, pois ele o define⁵⁰ e perpetua a espécie, pela utilização dos recursos naturais em seu próprio benefício.

O direito de poder opinar a respeito de seu trabalho, em proveito próprio, nem sempre foi atribuído ao homem trabalhador. Na forma de organização da sociedade primitiva, a determinação do trabalho é estabelecida pela vontade daqueles que mandam, uma determinação externa à vontade individual.

Para que a estrutura social, entre os gregos possa se manter (cidadãos e filósofos), é indispensável a produção, o trabalho dos prisioneiros de guerra, e o cuidado, o protecionismo e a conquista dos guerreiros integrantes dos

⁵⁰ Percepção filosófica em oposição à dupla tradição Grega e Cristã, que coloca o trabalho como sofrimento e até maldição - tripalium. (Durozoi & Roussel, 1993, p. 472).

grandes exércitos. Na atividade concreta de expansão dos territórios, o povo antigo, além de contar com as habilidades individuais, conta com a concretização das idéias do expansionismo que passa pelo desempenho do trabalho de cada segmento social e pelo desempenho de suas funções. O eixo central são as conquistas e domínios territoriais.

“Os primeiros professores (...) Essas pessoas eram denominadas, segundo os diferentes casos, feiticeiros, curandeiros, xamãs, esconjuradores ou homens que consultam os espíritos familiares. Constituem os professores mais primitivos” (Piletti, 1996, p. 14).

A sociedade medieval introduz mudanças, no trabalho, agregando a dimensão supra-natural, uma espécie de endeusamento do trabalho, valoração transcendental. A prioridade é salvaguardar a alma, o corpo não importa estar exposto às intempéries da exploração ou da doação ao seu senhor. Na verdade, um escamoteamento da realidade, para justificar o trabalho servil.

“Santo Tomás de Aquino admite como Santo Agostinho, que Deus é o verdadeiro mestre que ensina dentro de nossa alma, porém sublima a necessidade de uma ajuda exterior. Deus nos infunde no entendimento os princípios fundamentais; contudo, as aplicações desses princípios, as deduções que deles se originam, são

obra humana e da experiência" (Piletti, 1996, p. 55).

Na modernidade, o trabalho passa a ser uma atividade central. O processo de produção capitalista passa pela esfera do processo produtivo, e este, por sua vez, depende do trabalho que produz riqueza. O valor das mercadorias passa a ser avaliado pelo tempo de trabalho gasto em sua produção.

"Era necessário poder concebir el trabajo como una fuerza capaz de crear y añadir valor, algo que los fisiócratas, por ejemplo, a pesar de estar igualmente buscando las causas de la riqueza, no lograron hacer; igualmente buscando las causas de la riqueza podía crear, ex nihilo, algo nuevo... Pero Smith añade a esta dimensión concreta y accesible al sentido común otra más abstracta: el trabajo es una sustancia homogénea, idéntica en todo o tiempo y lugar e infinitamente divisible en unidades (en átomos). La cuestión que pretende resolver - al igual que toda una tradición filosófica previa - es la del fundamentos? ¿En qué se fundamenta la conmensurabilidad de objetos distintos? Para Smith la respuesta es: el trabajo. Cualquier objeto intercambiado contiene trabajo: cualquier cosa es transformable y descomponible en trabajo, en unidades de cansancio o de desgaste físico. El trabajo fue el primer precio, la moneda de los intercambios primitivos (...) Todas las riquezas del mundo se compraron originalmente con trabajo. A Smith no le interesa el trabajo concreto, la actividad del agricultor o del artesano, sino esa sustancia a que se reduce toda cosa y que da lugar al intercambio universal" (Méda, 1998, p. 51 - 52).

Com a substituição do trabalhador artesão pelo trabalhador fabril, conseqüentemente, a substituição da oficina pela fábrica, passa-se a incorporar a denominação trabalho para o que se faz apenas no local de trabalho. É uma atividade determinada pela vontade externa ao trabalhador.

"Importantes transformações na vida da humanidade marcam a passagem de uma vida histórica a outra. Assim, alguns fatos de decisiva importância para o futuro da espécie humana assinalaram a transição da Idade Média para a Moderna: no campo econômico (...); em termos culturais (...); inúmeras invenções (...). A educação, tanto em suas idéias orientadoras quanto em seus fatos escolares, não poderia deixar de interagir com essas transformações, mais no sentido de sofrer uma influência do que atuando em sua ocorrência" (Piletti, 1996, p. 72).

Uma mudança na percepção, no imaginário dos trabalhadores provoca a substituição de conceitos e categorias na utilização do termo emprego/empregado, em substituição ao conceito de trabalho/trabalhador. Este jogo dicotômico começa a desenvolver a interface: emprego/desemprego, pois é plenamente visível a não absorção por parte do capitalismo da força de trabalho disponível, cria-se assim o exército de reserva.

Essa força de trabalho passa a ser também um exército, mas um exército de manobra, conforme descreve em um de seus três postulados Arrighi:

"... O terceiro postulado do modelo é o primado da economia sobre a cultura e a política. O próprio proletariado é definido em termos puramente econômicos como uma classe de trabalhadores, que vivem apenas se encontram trabalho, e que encontram trabalho apenas na medida em que seu trabalho aumenta o capital. Esses trabalhadores, que são obrigados a vender-se um pouco a cada dia, são uma mercadoria, como qualquer artigo de comércio, e são, conseqüentemente, expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado" (Arrighi, 1997, p.229).

Durante o tempo de evolução do conceito e da prática do trabalho, ele foi tomado pela exploração, retirando possibilidades concretas do relacionamento entre o trabalho e a existência humana, "o trabalho deve recusar o homem da animalidade e do dado da natureza⁵¹", ou ainda na caracterização marxista "o que distingue desde o princípio o pior arquiteto da abelha mais experiente é o fato de ele ter

⁵¹ Analogia Hegeliana: em termos filosóficos insere o trabalho como fator de realização humana, uma realização planejada, diferente do comportamento meramente animalesco, que executa o trabalho sem condições de transformá-lo (Durozoi & Roussel. **Dicionário de filosofia**. Campinas: Papirus, 1993. p. 472).

construído a cela dentro de sua cabeça antes de construí-la na colméia⁵²”.

Os mecanismos que distanciam o empregado de sua produção, enquanto produto final, favorecem para que ele perca a dimensão de seu trabalho concreto, em função disso, e muito mais grave, perca a identificação com o seu trabalho abstrato⁵³ - enquanto fator de identificação nas mercadorias. O valor intrínseco do trabalho em relação às mercadorias assume o peso de troca na sociedade.

As variações, ocorridas no mundo do trabalho, acontecem em decorrência de fatores externos, ocasionados pelas variações do mercado e alterações do próprio sistema capitalista que, a cada fase, coloca novas exigências para o mundo da produção. A relação de assalariamento, no mundo do trabalho, produz sérias limitações para os trabalhadores em decorrência da expansão mercantilista (economia com novos mercados). O assalariado é forçado a acompanhar o ritmo da expansão, ampliando sua produtividade: mais produção em menos tempo, o chamado processo de robotização da força produtiva, o homem máquina. Fator que contribui para que o assalariado não atinja a maioria (Kant), e as máquinas sejam aceitas

⁵² Durozoi & Roussel. Dicionário de filosofia. Campinas: Papyrus, 1993. p. 472.

⁵³ A esse respeito ver: TUMOLO, Paulo Sérgio. Trabalho: categoria sociológica chave? A necessária continuidade da discussão. (mimeo) s/d. e Méda, Dominique. Idem. p. 57.

naturalmente, uma forma inversa de aceitar o real - naturalização das máquinas e estranhamento do humano.

Assim o desenvolvimento do trabalho de forma genérica e o trabalho pedagógico, aquele desenvolvido pelas trabalhadoras em educação, sofrem as mesmas conseqüências da exploração sem limites.

As barbáries invadem o mundo da escola expondo as trabalhadoras em educação a um ritmo estressante.

Concretamente, isso ocorre quando as profissionais em educação são obrigadas a cumprirem sua carga horária independente da disponibilidade na unidade escolar de sua lotação. Muitas vezes, associam trabalho em uma determinada escola com os horários de ônibus e o de outra escola.

A professora torna-se, deste modo, uma itinerante da educação, tentando conciliar tempo e trabalho. Esta realidade não é criada por ela, é algo fora de sua vontade, faz parte de um planejamento fechado e externo aos anseios da classe e provoca uma não profissionalização.

A percepção do trabalho tem um espaço privilegiado na pesquisa e, quando as professoras entrevistadas apontam os aspectos desoladores de seu trabalho, três elementos se destacam.

Tabela 16. Elementos desmotivadores no trabalho

RESPOSTAS	%
Questão salarial	71,7
Carga de trabalho intensa e diária	15,3
Desunião dos colegas do magistério	13,0
Total	100,0

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000.

Em primeiro lugar surge o aspecto econômico determinando toda a insatisfação do magistério público estadual, ponto de partida para os demais interesses do magistério, 71,7% estão insatisfeitas com o que percebem.

A carga de trabalho, intensa e diária também é elemento desmotivador para 15,3%.

Outro elemento desmotivador do trabalho é a desunião entre colegas, apontado por 13,0% das entrevistadas.

Além disso, constantemente, a professora depara-se com o discurso da "interdisciplinaridade" como uma relação pedagógica indispensável na prática das escolas. Todavia, a proposta ainda está longe de adentrar inteiramente ao cotidiano. A desunião não é ato de vontade é algo fabricado nas relações sociais, ela não acontece somente no magistério, é um dado do mundo capitalista, cortado pelas "lâminas da desunião e de exclusão social".

O processo de precarização também envolve profissionais da educação, o que gera conseqüências no mundo da escola, produzindo dificuldades no setor de serviços prestados pela educação.

A escola é o reflexo da sociedade e, muitas vezes, a esta instituição é dada a tarefa de administrar de forma pedagógica nas instâncias menores, como a sala de aula, as questões desencadeadas pelo próprio capital globalizado.

O trabalho da professora

A professora, como parte integrante da categoria que vive do trabalho, está exposta às vicissitudes da estrutura de organização do capital mercantilizado e sofre diante do descompasso entre capital e trabalho. A flexibilidade alcança a escola e faz com que ela amolde-se às novas necessidades de produção fabril.

Além da flexibilização, a professora acha-se sujeita a uma jornada intensa, pois deve completar e cumprir sua carga horária, mesmo que para isto ministre duas, três ou mais disciplinas em diversas escolas.

Na escola, uma vez que as horas extras da professora não são pagas, ela busca uma recompensa econômica, trabalhando

mais horas em duas ou três escolas, com mais de uma disciplina e, muitas vezes, nos três períodos.

No magistério público estadual a carga de trabalho efetiva-se da seguinte forma:

Quadro 5. Carga horária de trabalho do magistério público

CARGA HORÁRIA SEMANAL	MÍNIMO⁵⁴	H. ATIVIDADE	MÁXIMO
10 horas	08 aulas	02 aulas	10 aulas
20 horas	16 aulas	04 aulas	20 aulas
30 horas	26 aulas	06 aulas	30 aulas
40 horas	32 aulas	08 aulas	40 aulas

Fonte: Estatuto do Magistério Estadual

Na pesquisa, realizada junto às professoras dos municípios envolvidos, constatamos que, 35,1%, trabalham sessenta horas semanais e as horas despendidas com a preparação do conteúdo - horas atividades previstas em lei -, são insuficientes.

Embora uma professora não possa ser contratada ou nomeada por mais de quarenta horas na mesma unidade escolar, 34% delas têm contrato de 60 horas semanais. Isto implica afirmar que, para uma carga horária de quarenta horas semanais, a professora deveria ganhar o equivalente a mais vinte horas

⁵⁴ O mínimo colocado é o que a professora obrigatoriamente tem que trabalhar, dentro do regime de sua contratação. E quando ultrapassa este mínimo, a professora ganha um incentivo salarial pela aula ministrada excedente de sua carga prevista.

para preparo, correção e leitura, substituindo assim a jornada intensa de sessenta horas a que está sujeita, o que envolveria a contratação de mais uma professora.

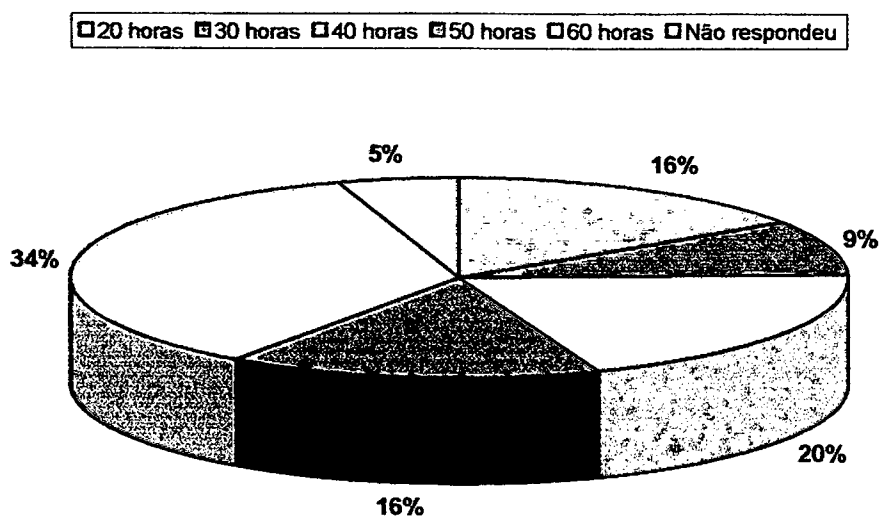


Gráfico 6. Hora de Trabalho das Professoras.

Fonte: Rosa, J.B. Professoras e sindicato 1988 – 1998. Dez. 2000

A precarização do trabalhador, organizada a partir da não consideração da pessoa humana, destrói o ser trabalhador na sua essência, fazendo dele uma peça de manobra no circuito capitalista. A manipulação do trabalhador é geral, ele passa a omitir sua identidade, não tem escolha, é um tercerizado sem retorno e com retrocesso humanitário.

No livro: "Os sentidos do trabalho", (Antunes, 1999) assinala para a crise enfrentada nesta época de predomínio da precarização.

"1) há uma crise estrutural do capital ou um efeito depressivo profundo que acentua seus traços destrutivos (...);

2) deu-se o fim da experiência pós-capitalista da URSS e dos países do Leste Europeu, a partir do qual parcelas importantes da esquerda acentuaram ainda mais seu processo de social-democratização (...);

3) esse processo se efetivou num momento em que a própria social-democracia também vivenciava uma situação crítica;

4) Expandia-se fortemente o projeto econômico, social e político neoliberal. Tudo isso acabou por afetar fortemente o mundo do trabalho, em várias dimensões. (Antunes, 1999 p. 189).

A ruptura das possibilidades sociais e a interdição para os trabalhadores coloca-os diante de um contingente de ameaças constantes.

"No final da década de 1980, já começam os primeiros sintomas de uma crise que vai se instalar na próxima década. O capital respondeu a crise capitalista com um processo mundial de reestruturação produtiva, não existe nenhum país hoje, que não tenha vivenciado a chamada reestruturação produtiva. Do Japão ao Peru, da Alemanha aos Estados Unidos, do Brasil à Argentina, a reestruturação produtiva iniciou-se nos países centrais, ou seja, Japão, Europa e Estados Unidos, ela chega digamos assim na América

Latina, na metade dos anos 80, e no Brasil no início dos anos 90. Mas isso é quando chega para valer, porque antes já havia indícios, incipientes, apontando para a reestruturação produtiva, no governo de Sarney. A relativa hegemonia do capital se chamou de projeto neoliberal. E eu entendo que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva são os braços de um mesmo corpo. O projeto neoliberal, defendido por economistas ultra-conservadores, defende a privatização o fim da regulação da economia, e elege o sindicalismo como inimigo número um do capitalismo, porque ele atrapalha o capitalismo. (...) O neoliberalismo começou no Brasil não com Sarney, mas começou efetivamente com o governo Collor. A vitória de Collor sobre Lula, foi uma vitória do projeto neoliberal contra a vitória do projeto democrático. A reestrutura produtiva no Brasil, chama-se enxugar organizacional e mutação tecnológica produtiva, mudanças tecnoprodutivas. No caso do governo FHC, em termos de projeto neoliberal, o seu governo fez em quatro anos (1994 - 1998), o que Thatcher, fez em doze anos na Inglaterra, dados de uma Revista Britânica, não são dados da esquerda. Os reflexos deste projeto para o Brasil: recessão, desemprego, tercerização, precarização, desregulamentação, política de amor ao FMI, o ideário do neoliberalismo é a privatização é o que importa. (pedágio, energia, saúde, educação...), prevê um país todo privado". (Antunes, palestra proferida em Florianópolis em 1999).

É neste cenário de lutas sociais que o sindicalismo se apresenta ora como ofensiva, (desenho da década de 1980), ora como defensiva, (desenho da década de 1990).

Quando observamos o número de empregados concentrados no ABC paulista, na década de oitenta, e o teor das suas greves e reivindicações percebemos que na década seguinte a diminuição do número de trabalhadores das metalúrgicas, das montadoras, dos bancos e de outros postos de trabalho, reflete a precarização à nossa frente.

"... Enquanto os grandes conglomerados financeiros privados crescem em poderio econômico, o número de bancários no País caiu de aproximadamente 800 mil no final dos anos 80 para cerca de 463 mil em dezembro de 1997, segundo dados do Dieese. (...) Neste novo espaço, a grande quantidade de escriturários e caixas que ali desenvolviam suas atividades vai dando lugar a um número restrito de gerentes e assessores especializados em mercado financeiro" (Aued, 1999, p. 161).

O desafio continua. É preciso entender a classe dos trabalhadores hoje, como sendo constituída pelo conjunto, envolvendo os precarizados e os estáveis, os públicos e os privados, os desocupados e os tercerizados e os que se encontram em um processo alternativo de sobrevivência: aqueles que vivem sob condições de trabalho desregulamentado. Portanto além da precarização (1980), a ocupação feminina deixa de ser uma especialidade de alguns setores produtivos apenas, como por exemplo o de prestação de serviços e passa a ser absorvida pelo grande capital em todos os setores. Assim

a mulher também entra no trabalho precarizado, principalmente, porque ocupa postos de trabalho por tempo determinado:

"(...) tem-se o aumento expressivo do trabalho feminino no mundo do trabalho, tanto na indústria quanto especialmente no setor de serviços. A classe trabalhadora sempre foi tanto masculina quanto feminina. Só que a produção está se alterando muito. Na Inglaterra por exemplo, hoje o número de mulheres que trabalham é maior que o de homens que trabalham. Em vários países europeus, cerca de 40, e 50% ou mais da força de trabalho é feminina. Inclusive porque quanto mais se ampliam os trabalhos part time, mais a força de trabalho feminina preenche esse universo(...).

E se a classe trabalhadora é tanto masculina quanto feminina, o socialismo não será uma construção só da classe trabalhadora masculina. Os sindicatos classistas também não poderão ser sindicatos só de homens-trabalhadores; a emancipação do gênero humano em relação às formas de opressão do capital, que não sabemos serem centrais, decisivas, mescla-se a outras formas e opressão. Além das formas de opressão de classe, dadas pelo sistema do capital, a opressão de gênero tem uma existência que é pré-capitalista, que permanece sob o capitalismo e que terá vida pós-capitalismo, se essa forma de opressão não for radicalmente eliminada das relações entre os seres sociais, entre os homens e as mulheres. A emancipação frente ao capital e a emancipação do gênero, são momentos constitutivos do processo de emancipação do gênero humano frente a todas as formas de opressão e

dominação. Assim como a rebeldia dos negros contra o racismo dos brancos, a luta dos trabalhadores imigrantes contra o nacionalismo xenófobo, dos homossexuais contra discriminação sexual, entre as tantas clivagens que oprimem o ser social hoje. Eu diria que para pensar a questão da emancipação humana e da luta central contra o capital, esses elementos que estou expondo são decisivos. São, portanto, múltiplas as lutas emancipatórias" (Antunes, 1999, p. 202 - 203).

A precarização acontece quando a máquina passa a dominar a vontade humana e a limitar os movimentos, gerando um ser repetitivo em seus gestos e limitado em sua visão, pois o seu mundo é o espaço da máquina.

Diante de tal situação, o trabalhador sente-se limitado em suas escolhas, em suas opções, pois o compromisso que esta situação de desempenho gera é absoluto, caso contrário existem outros tantos que estão dispostos a submeter-se a tal precarização.

O inexorável disso tudo é o problema sociológico causado pelo desemprego. A sociedade passa a ser questionada na mais profunda instância de sua identidade - a negação do emprego que significa a rejeição de uma pré-disposição humana - a fonte de realização da acumulação capitalista. Esta realidade assume um sentido de degeneração causado pela abrangência de uma situação dramática, atingindo a sociedade em sua

capilaridade, sem que escape um *quantum* sequer desta mórbida realidade.

Se de um lado, a realidade econômica é bastante negativa, causando o estranhamento das próprias relações sociais, de outro, esta precarização alarga a capacidade de suportar o aniquilamento social.

O grau de tolerância verifica-se quando são construídas formas alternativas de sobrevivência, baseadas na solidariedade, que saem da orla econômica lucrativa e entram na perspectiva de um projeto societal incluídor, orientado por configurações humanizadas.

A ofensiva é expandir os mercados produtores com a presença de trabalhadores precarizados, sem qualquer forma de organização, direitos e garantias sociais.

"Entendo que, neste último fenômeno, incidam mudanças culturais significativas - a 'dessindicalização' a que hoje assistimos não responde apenas a um processo estritamente econômico. O afluxo, ao mercado de trabalho, de um novo tipo de trabalhador condiciona ou substancialmente a perda de força e vigor do movimento sindical tradicional. Tais mudanças culturais têm muito a ver com mudanças relevantes na estrutura de classe dos países euro-ocidentais e mesmo dos Estados Unidos da América. Quero somente sinalizar, aqui, que desde os anos sessenta (recorde-se o emblema parisiense de maio de 68 e suas outras

expressões, seja no movimento operário italiano, seja nos campi universitários americanos) ocorrem mudanças ponderáveis no perfil das camadas trabalhadoras do capitalismo avançado, que repercutiram efetivamente na estrutura de classe" (Sader & Gentili, 1995, p. 30).

Em uma sociedade sem paradigmas circunscritos, a barbárie toma conta, invade corpos e pensamentos humanos, tornando o estranho natural, os seres coisas e a sociedade um aglomerado fadado a morrer no campo da disputa por algo que deveria ser a superação da espécie humana - a luta pelas necessidades básicas.

"Não é por acaso que a emersão e a vigência da ofensiva neoliberal coincidem com aquilo que muitos de nós julgávamos superado na cultura ocidental. Para dizer de forma sintética: a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária. Penso que há um limite, pelos padrões civilizacionais já alcançados, para a instauração dessa barbárie na vida cotidiana de grandes massas (especialmente grandes agregados urbanos).(...).

Há algum tempo, não muito, quando participava de debates como o que travamos aqui, assalta-me a sensação de que estava a ler ao contrário a abertura do Manifesto do Partido Comunista - ou seja, eu tinha a impressão de que o fantasma que batia à porta era o capitalismo. Quase no meio da década de noventa, parece que não se trata mais de fantasma: o capitalismo, revigorado pelo neoliberalismo, dá a impressão de estar

mais vivo do que nunca. Nem por isso, porém, eu penso que a partida esteja encerrada. Recuso-me a crer — e atenção: não por um ato de fé ou por principismo, mas pela convicção teórica e prática, fundada no que sabemos acerca da história dos homens —, recuso-me a crer que este quadro de aparente 'fim da história' dessa hegemonia neoliberal seja algo definitivamente duradouro. Estou convencido — teórica e praticamente — de que há tendências objetivas que põem em xeque a possibilidade de um grande futuro para o neoliberalismo" (Sader & Gentili, 1995, p. 32 - 33).

Diante do quadro de reciclagem constante do capitalismo para continuar marginalizando milhões de pessoas, substanciados pelos teóricos do próprio capital, intelectuais responsáveis para '(re)orientar o caminho da exploração, usam mecanismos condizentes com os novos desafios para continuar a delimitar os desejos, sonhos e aspirações humanas baseadas no consumismo e na futilidade.

Da parte da classe trabalhadora é importante que os intelectuais orgânicos⁵⁵ possam restabelecer a perspectiva de vida naqueles que são as vanguardas do sistema produtivo. É preciso que os trabalhadores possam acreditar na

⁵⁵ No sentido gramsciano, aqueles que se valem de seus conhecimentos para forçar a elevação da cultura das massas, auxiliando no sentido de sair do mundo desumano da exploração. Os trabalhadores podendo contar com pessoas identificadas com os anseios da classe trabalhadora, abrindo possibilidades de viver uma nova práxis.

subpolítica⁵⁶, desenvolvendo formas alternativas das propostas pelo mundo do consumismo, pelas leis da vantagem absoluta e pelas regras dos mais fortes.

⁵⁶ Termo utilizado por Beker, no sentido dos indivíduos voltarem-se para a sociedade novamente, fazendo jus aos direitos de sociabilidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período de finalizações⁵⁷ (do milênio, do século, da década) apresenta dois aspectos: do ponto de vista cronológico: tudo continua exatamente igual; do ponto de vista relacional: o "fim" é só o começo.

A invenção das finalizações ocorre mais para desmotivar as formas alternativas de organização, do que para ressignificar o caminhos das lutas sociais - lutas do sindicalismo, do movimento de bairro, dos sem teto, dos sem terra, da saúde, da educação e de tantas outras formas de organizações existentes.

⁵⁷ "Atualmente, nas ciências sociais, assim como no próprio mundo social, estamos diante de uma nova agenda. Vivemos, como todos sabem, em uma época de finalizações. Antes de tudo, há o final não somente de um século, mas de um milênio: algo que não tem conteúdo, e que é totalmente arbitrário - uma data em um calendário -, tem tal poder de reificação que nos mantém escravizados. O fin de siècle tornou-se amplamente identificado com sentimentos de desorientação e mal-estar, a tal ponto que se pode conjecturar se toda essa conversa de finalizações, como o fim da modernidade - ou o fim da história - simplesmente reflete esses sentimentos. Sem dúvida, de certa maneira isso é verdade. Mas é claro que não é tudo. Estamos em um período de evidente transição - e o 'nós' aqui não se refere apenas ao Ocidente, mas ao mundo como um todo" (Giddens, 1997, p. 73).

Há assim um novo desafio a ser enfrentado, do mesmo modo que no passado tantos outros se apresentaram. Neste jogo, precisa ser liberada uma nova carta e não a "última cartada", pois, quando um termina o outro começa, o campeonato continua. Desta forma acaba ocorrendo uma forte precarização⁵⁸, em função das regras determinadas pelos que estão à frente do jogo, que favorecem muito mais os capitalistas do que os trabalhadores.

A exemplo desse campeonato nacional, no plano mundial, existem as mesmas disputas, em alguns momentos há indícios de possibilidades concretas, em outros há aparência de jogo perdido; o resultado é a continuidade da disputa até que outra modalidade se estabeleça.

"Estamos no início de uma nova era, caracterizada por grandes inseguranças, crise permanente e ausência de qualquer tipo de status quo [...] Devemos compreender que nos encontramos numa daquelas crises da história mundial que Jakob Burckhardt descreveu. Não é menos significativa que a de depois de 1945, embora as condições iniciais para superá-la pareçam melhores hoje. Não há potências vitoriosas nem derrotadas hoje, nem mesmo na Europa Oriental(...).

⁵⁸ O termo precarização/precarizado é extraído da lógica utilizada por Antunes, no sentido de significar uma classe trabalhadora fragmentada, heterogeneizada, complexificada, qualificação de alguns ramos e desqualificação de outros. Trabalhador polivalente e multifuncional. (Antunes, 1999, p. 191).

O breve século XX acabou em problemas para os quais ninguém tinha, nem dizia ter, soluções. Enquanto tateavam o caminho para o terceiro milênio em meio ao nevoeiro global que os cercava, os cidadãos do fin-de-siècle só sabiam ao certo que acabara uma era da história. E muito pouco mais" (Hobsbawm, 1995, p. 537).

A realidade em termos nacionais e internacionais, no final do século e do milênio, aponta para a diminuição dos postos de trabalho e o aumento do desemprego. Vivemos assim numa sociedade marcada profundamente por uma espécie de epidemia generalizada que invade e corrói o tecido social.

A precarização do trabalho deixa marcas indelévels. Por conta disso há ausência da sociabilidade e as famílias são invadidas na essência de suas vidas pela doença "do não ter", alterando a motivação para o existir humano.

Os estilhaços do neoliberalismo⁵⁹ atingem a maior parcela da sociedade, protegendo uns poucos, e marcando a maioria

⁵⁹ "Nestes dias do Congresso fala-se constantemente em globalização e na sua importância e repercussão inevitável na educação escolar. Assinalou-se que a globalização é, principalmente, econômica, ou seja, que as relações econômicas tornaram-se determinantes na cultura atual, na exata proporção em que a produção e o consumo de bens, materiais ou não, superam os limites da circulação regional e nacional, e se instalaram num plano supra ou transnacional. Tal mundialidade mostra-se mais forte e evidente quando se fala de um capitalismo financeiro (mais de 90%, no dizer de economistas, do capital vem sendo aplicado na especulação, e não na produção e no consumo, (...) hoje 358 pessoas dispõem, de mais bens do que 45% da humanidade, ou seja do que mais de dois bilhões e trezentos mil seres humanos, ou que apenas cerca de duzentas empresas administram hoje mais de 30% da produção de bens mundiais. Enquanto isso, reconhece-se que o desemprego e a diminuição dos salários e dos direitos dos trabalhadores, mantida a lógica vigente, serão inevitavelmente cada vez maiores. (...) A ideologia neoliberal insiste em que não há alternativa,

pelos sinais negativos, hematomas que penetram o núcleo do ser humano, provocando conseqüências que só a história poderá (re)dimensionar.

"Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa" (Sader & Gentili, 1995, p. 23).

O descompasso provocado pelo sistema excludente é visível tanto no setor econômico como no social, com reflexos em todas as demais áreas da vida social. O econômico é atingido pelo ângulo da concentração da riqueza, desse ponto vista tal situação contempla uma pequena parcela de privilegiados, uma ilha de grandes consumidores, cujo futuro deve ser ameaçado por uma enchente de despossuídos, lavando toda a ilha com a água produzida na fonte da miséria. A propagação das ondas neoliberais ao encontrar a margem do lago capitalista será o início do fim.

É no refluxo destas ondas que deverá ser contemplado um processo diferente deste que vem sendo observado ao longo dos anos de exclusão social, exclusão da possibilidade do ser humano garantir o seu mais significativo direito - o da vida através de seu trabalho.

Socialmente, este sistema cada vez mais produz desigualdade, produz uma sociedade faminta e seres sem a menor chance de consumir as inventivas produzidas pelo outro pólo do sistema. Rabiscando assim uma história manchada pela destruição da vida humana, da natureza e das possibilidades alternativas de sonhos diferentes dos colocados pela hegemonia dominante.

A problemática advinda desses dois pólos, o econômico e o social, contamina todos os demais segmentos sociais, como a cultura, a educação, a política, a habitação e a saúde. Isso porque é uma corrente onde os elos que se cruzam, acabam reforçando ou enfraquecendo o outro, gerando uma sociedade estruturada ou esfacelada.

Amiúde esta realidade negativa é retro-alimentada pela desativação de postos de trabalho, pela eliminação de profissões, pela descaracterização do poder das organizações populares. Em contrapartida, realiza-se o endeusamento do mercado como fonte de uma pseudo segurança global, com os

seus reflexos no local, próximos das vítimas em qualquer dos recantos do universo.

A crise, aqui referida, não é uma particularidade das gerações que foram colonizadas pelos defensores da ética católica e da ética protestante. No caso brasileiro, isso pode ser demonstrado com os seguintes dados de precarização.

"Entre 1990 e 1992 (governo Collor, com abertura econômica e recessão), o Brasil perdeu 2 milhões e 150 mil empregos. Em 1993 e 1994, com moderado crescimento da economia, foram gerados cerca de 500 mil empregos. Com a redução do ritmo de crescimento e a intensificação da modernização das empresas, em 1995, ocorreu o fechamento de 380 mil postos de trabalho. E o pequeno crescimento de 1996 criou poucas novas vagas (...) Em 1997, o desemprego aberto (os que procuram emprego) atinge pouco mais de 5% da PEA, ou 4,5 milhões. Se somarmos o desemprego oculto, a taxa total de desemprego alcança 9,7% (7,2 milhões, sem contar os absolutamente excluídos. Além de um grave problema, é um enorme desperdício" (Brum, 1995, p. 45).

Os últimos anos da década de 1990 tornaram-se enrijecidos para as lutas sociais. A sociedade encontra-se diante de uma posição intransigente, pois não há abertura por parte dos setores privados, os empresários, os donos do capital impedem a existência da organização social e evitam, assim, a luta organizada dos trabalhadores.

O fechamento das possibilidades intimida os trabalhadores, os quais sentem-se ameaçados com o seu emprego. Essa ameaça traduz-se em um trabalhador distante da organização social.

Este cenário repercute na forma de organizar os trabalhadores, repercute na relação sindical com a categoria, forçando negociações, às vezes, estranhas como o aumento da jornada e a permanência do salário.

O momento de mobilização com passeatas, greves e paralisações passam a pertencer a história, pois a atualidade exige novas formas de mobilização.

Em nome da atualidade o trabalhador é colocado exatamente no meio desse desafio. E, se o passado, mesmo próximo, fica distante pela impossibilidade de retomá-lo; o futuro é algo indecifrável.

As possibilidades organizativas não são um dado natural, algo forjado pelos desígnios da natureza, é algo construído no cotidiano com participação e luta.

A história da humanidade, por muitas vezes, encontrou-se diante de encruzilhadas semelhantes. Basta lembrar o período nebuloso relativo à longa e interminável onda de indecisão medieval, a partir desse paralelo com o passado, há esperanças de uma nova mudança.

A professora desde a institucionalização da educação, até os dias atuais, vem contribuindo para a formação de todas as profissões existentes.

A sociedade precisa mais do que nunca do trabalho das professoras, para auxiliar na formação/capacitação de todas as profissões, pois a escolarização ainda é um recurso para enfrentar os desafios da sociedade excludente. E, embora não evite a marcha de exclusão social que se estabelece na sociedade capitalista, ela pode amortecê-la ou retardá-la. Aqueles que possuem escolarização alongada não evitam sua eliminação do mercado de trabalho, mas podem ser os últimos a deixar a fábrica.

Diante de uma crise generalizada, a professora exerce um trabalho importante no contexto atual, seu espaço de trabalho, muito embora invadido pelas tecnologias, não perdeu totalmente a sua importância profissional, e ela faz-se necessária no processo pedagógico onde vai construindo também sua própria profissionalização, resistindo enquanto profissional às novas fases sociais pelas quais a sociedade vem passando.

A tecnologia é importante, enquanto extensão do trabalho docente, e o inverso é comprometedor. Quando a professora passa a ser prisioneira das tecnologias é o começo de seu fim

enquanto profissional da educação. Quando a sua ação "pedagógica" restringe-se ao uso da tecnologia, quando o processo interativo passa a ser comprometido, porque não existe mais diálogo, ela aproxima-se da máquina. E os equipamentos não possuem sensibilidade, esta é uma particularidade do ser humano, portanto da professora trabalhadora da educação.

A centralização da formação da professora, através das tele-conferências, expressam o que aqui denominado de aprisionamento da tecnologia e produção de uma educação massificadora. São os pacotes de informação travestidos de capacitação, uma interferência à distância, não gerando compromisso.

Num passado não muito distante, a professora executou seu trabalho como sendo uma escolha divina, uma espécie de protegida pelas forças do além, e a ela era confiada a educação dos filhos. Assim enquanto tia foi enérgica, bateu em seus alunos como se eles fossem seus sobrinhos, tornou-se autoritária em sua prática pedagógica.

O exercício cotidiano pode ser compreendido enquanto uma missão a cumprir na terra. Nesse sentido o salário é um detalhe irrelevante, fundamental é a missão. Estas e tantas

outras fases e momentos pelas quais passaram as professoras ao longo de sua história integram o histórico de profissionalização, a sua vida de responsabilidades e o serviço para a educação da sociedade.

Nesse processo a professora passa a ser uma trabalhadora em educação. Esta posição demanda muita luta política, trabalho de conscientização, credenciando o trabalho docente como integrante de um conjunto de trabalhadores distribuídos nas diversas e variadas ocupações, inseridos no mundo da precarização do trabalho.

É neste contexto de mudanças sociais que as professoras se sindicalizam e marcam um novo momento na história da categoria, ou seja, são momentos de abertura política, de democratização do país, de democratização da escola que expõem novas expectativas para o trabalho pedagógico, a de poder contar com instrumentos de organização de sua própria existência.

A presença dos dirigentes sindicais e mesmo do sindicato no meio das professoras, a partir de 1988, colabora para a construção da nova identidade, embasada na dimensão de trabalhadores em educação, auxiliando na nova denominação e, por extensão, no novo compromisso de pertencer à categoria de trabalhadores que integram a classe que vive do trabalho.

A escola e o sindicato são duas instituições siamesas (que podem caminhar juntas) no sentido de reforçar e (re)significar a existência da profissão das trabalhadoras em educação, uma aprendendo com a outra. Tanto a escola como o sindicato, possuem responsabilidades que lhes são próprias, mas a construção política, a demarcação e a construção do espaço de cidadania é uma tarefa que pode ser menos pesada, se assumida no coletivo.

O entrosamento entre sindicato e professoras pode facilitar a qualidade educacional com a desmistificação dos iconoclastas (destruidores de imagens) do sindicalismo.

No caso específico do magistério, aqueles professores que agem pela força da informação, seja ela oriunda dos meios de comunicação, ou de outros agentes mal informados, denotam a falta do conhecimento das causas dessa mistificação. Externamente, a destruição do sindicalismo deve-se a ação dos que desejam todo rigor da segurança para suas propriedades. Qualquer organização que provoque ameaça deve ser freada, limitada e anulada.

Os dirigentes e a base da categoria devem estar sintonizados em um mesmo projeto de luta, para que possam tornar-se um marco na mobilização da classe, possibilitando alavancar um sindicato de luta canalizador da vontade de

seus representados. Uma sintonia diferente da sintonia dos iconoclastas, uma sintonia que possa ir apagando paulatinamente a prática sindical incrustada pela ditadura, qual seja, a do assistencialismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Ed. Brasil Urgente, 1991.

_____. (Org.) **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Ed. Bomtempo, 1997.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O que é sindicalismo**. 10ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. (coleção primeiros passos).

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ASSMANN, Selvino José. **Globalização como fato e como ideologia**. (mimeo s/d).

AUED, Bernardete Wrublewski. Et. Al. **Educação para o (des)emprego**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

AUED, W. Bernardete. **Reflexões sobre o contrato coletivo de trabalho**. In. CADERNOS ANDES N° 11. Florianópolis: 1993.

AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia educacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

BOITO JR, Armando. (org.). et. al. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro na década de 1990: o Brasil rumo ao século XXI**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1995.

CADERNO, VI CONGRESSO DO SINTE. **Educação e neoliberalismo: magistério organizando a resistência**. Blumenau: 1997.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: ser, saber e fazer**. 13ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

CUNHA, Luiz Antonio. **Escola pública, escola particular: e a democratização do ensino**. São Paulo: Cortez, 1985.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DIAS, Fernando Correia. **Em Aberto**. Brasília: ano 9 n°46 abr. - jun., 1990.

DUARTE, Ozeas. **Os mercadores de ilusões** análise crítica do "sindicalismo de resultado". São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1988.

DUROZOI, Gérard. & ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. Campinas: Papirus, 1993.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1989.

FRENCH, Jonh D. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo: 1900 - 1950**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-industrial. In **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GOLDKORN, Roberto. **O anarquismo e a democracia burguesa**. 2ed. São Paulo: Ed. Global, 1980.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia Prática de Linguagem Sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Bahar, 1997.

HARNECKER, Marta & URIBE, Gabriela. **Explorados e exploradores**. São Paulo: Ed. Global, 1979. (cadernos de educação popular n° 1)

_____. **Luta de classes**. São Paulo: Ed. Global, 1980. (cadernos de educação popular n° 4)

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1913 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Classe e nação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. **A era do globalismo**. 3ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1987.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

JINKINGS, Nise Maria Tavares. **Trabalho e resistência na fonte misteriosa: os bancários em face da reestruturação capitalista**. Campinas São Paulo: Tese de Doutorado, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890 - 1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MÉDA, Dominique. **El trabajo: un valor en peligro de extinción**. Barcelona: Gedisa, 1998.

MOSQUERA, Juan José Mouriño. **O professor como pessoa**. Porto Alegre: Sulina, 1978.

MUNARIM, Antonio. **Educação e esfera pública na serra catarinense**: a experiência política do plano regional de educação. Florianópolis: UFSC, 2000.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora primária**: mestra ou tia. São Paulo: Cortez, 1984.

NÓVOA, Antonio. Et. Al. **Vida de professores**. Portugal: Porto Editora, 1992.

NOVOA, Antonio. Et. Al. **Profissão Professor**. Portugal: Porto Editora, 1995.

NEP - Núcleo de Educação Popular. Mimeo. **Áudio-visual**: história do movimento operário-sindical no Brasil. São Paulo.

NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei. **Desafios do sindicalismo no setor público brasileiro**. Revista Plural. N.º 11, agosto, 1999.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Humanidade e lutas sociais** da caça à aurora da civilização. Porto Alegre: Ed. Ltda. 1987.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Professorado e sindicato: do sacerdote ao trabalhador assalariado. In: **Escola brasileira**: temas e estudos. São Paulo: Atlas, 1987.

PILETTI, Nelson. & PILETTI, Claudino. **História da educação**. 5ed. São Paulo: Ática, 1996.

PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA. **Elaboração do projeto político pedagógico**: guia de atividades. Florianópolis: [IOESC], 1998.

REVISTA. **Escola brasileira**: temas e estudos. São Paulo: Atlas, 1987.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **A formação política do professor no exercício profissional durante os anos 70: organização e liderança**. Tese de Doutorado, PUC-SP, 1983.

SADER, EMIR. Et. al. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SIMÃO, Azis. **Sindicato e estado.** São Paulo: Ed. Dominus Editora, 1966.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO. **Imagens da luta.** São Bernardo do Campo: 1987.

SOUZA, Ana Maria Borges. **Da escola às ruas o movimento dos trabalhadores da educação.** Florianópolis: Ed. Letras Contemporâneas, 1996.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90.** São Paulo: Hackes Editores, 1999.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe Operrária tem dois Sexos: Trabalho, Dominação e Resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil.** São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1968.

VIOLA, E. J. & SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. (org.). **Crise política, movimentos sociais e cidadania.** Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

ANEXOS

Lages, Primavera de 2000. Prezado (a) professor (a).

O preenchimento deste questionário representará um grande e relevante apoio à elaboração de minha Dissertação de Mestrado, que tem como objeto central "**Professores e Sindicato**". Obrigado pela disposição de seu tempo para responder. José Batista da Rosa - Professor

QUESTIONÁRIO

1. Dados pessoais: assinale sua condição ou preencha se for o caso.

Sexo: Fem. () Masc. ()	Estado Civil: Casada(o)? () Solteira(o)? () Outra condição ()
Número de filhos?	Natural de: U.F.
Número de irmãos?	Sua Residência atual U.F.
Escolaridade do Cônjuge?	Qual a ocupação do pai?
	Qual a ocupação da mãe?

2. Formação escolar, assinale em que escola você cursou:

Séries Iniciais - Pré a 4ª	Escola Pública () Escola Particular ()	Nome do curso de graduação?
Ensino Fundamental	Escola Pública () Escola Particular ()	Pedagogia () Letras ()
Ensino Médio	Escola Pública () Escola Particular ()	Ciências Sociais ()
Ensino Superior	Universidade Pública () Univer. Particular ()	Matemática () outro ()
Especialização	Universidade Pública () Univer. Particular ()	Nome do curso de pós?
Mestrado	Universidade Pública () Univer. Particular ()	
Doutorado	Universidade Pública () Univer. Particular ()	

3. Experiência profissional no magistério:

Ano de ingresso no magistério	Ingressou na escola pública ()	Ingressou na escola particular ()
Atuou de Pré a 4ª Sim () Não ()	Série responsável	Escola Pública () Escola Particular ()
Atuou de 5ª a 8ª Sim () Não ()	Séries que atuou	Escola Pública () Escola Particular ()
Atuou no 2º grau Sim () Não ()	Séries que atuou	Escola Pública () Escola Particular ()

Em que série você atua no momento?	Escola Pública () Efetivo () Act () Escola Particular ()
------------------------------------	---

Exerce outra ocupação além de professor? Não () Sim () Qual?
Você já exerceu cargo na educação? Não () Sim () Qual?
Você exerce algum cargo na educação atualmente? Não () Sim () Qual?

4. Questões gerais:

Qual o papel dos **teus pais** na tua escolha profissional?

() nenhuma influência () influência decisiva
--

Você gostaria de exercer **outra profissão**?

() Não () Sim. Qual?	Por quê?

Relacione três razões principais que te levaram a **escolher a carreira do magistério**:

Cite três aspectos: mais gratificantes da tua profissão	Mais desoladores da tua profissão

Cite três características principais: do bom professor	do mau professor

Para você o professor se torna **competente** (assinale apenas as **três** alternativas principais):

No curso de formação ()	Nos cursos de Capacitação ()	Na sala de aula ()
Com o esforço pessoal ()	Na experiência com os colegas ()	Com leitura de livros didáticos ()
Com o auxílio da equipe pedagógica escolar ()	Com o auxílio da Secretaria Estadual de Educação ()	Outra () Qual?

Como a **Universidade** pode contribuir para a melhoria do trabalho do professor em sala de aula?

Como a **Secretaria de Educação** pode contribuir para a melhoria do trabalho do professor em sala de aula?

Como o **Sindicato** pode contribuir para a melhoria do trabalho do professor em sala de aula?

Cite três dos teus principais **objetivos** em sala de aula:

1.
2.
3.

Você está filiado(a) ao sindicato?

Não () Sim () É filiado(a) ao sindicato dos trabalhadores em educação do Estado - SINTE ()

Ao sindicato dos trabalhadores em educação municipal ()

Por que os professores são impelidos (empurrados, estimulados, incitados) a sindicalizarem-se?

Por quê não é filiado(a) ao sindicato?

Por desinteresse? () Por discordância? () Por desconhecimento? ()

Por outro motivo? ()

Escreva o motivo:

Conhece a política sindical para melhorar a profissionalização do professor?

Não () Sim () Qual é?

Cite três situações em que o sindicato poderia atuar diferentemente:

Você participa de greves? Sim: () Não: ()

Por quê?

Cite três aspectos positivos relevantes da greve:

Cite três aspectos negativos da greve:

Que outras formas de luta coletiva você sugere?

Cite três aspectos que precisam mudar na escola:

1.
2.
3.

Quantas horas você trabalha por semana? (considere também as horas em que você corrige ou prepara aulas).

O que pensa que é ser professor?

Já necessitou de alguma licença para tratamento de saúde em decorrência da atividade de professor?

Qual o motivo?

Você considera o professor um trabalhador: Sim () Não ()

Justifique:

Na sua opinião quais serão os desafios do magistério para o próximo século?

Cite três pontos em que o sindicato deve atuar para profissionalizar o magistério?

TABULAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1. AMOSTRAGEM: Estamos trabalhando com uma amostragem de 2,2% dos professores públicos estaduais, que compreende a Região da Coordenadora de Educação, com um total de 2098 professores, (dados de maio/98)
2. SEXO: feminino - 82,6%, masculino - 17,4%
3. ESTADO CIVIL: Casados - 71,7%, Solteiro - 17,3%, outra condição - 11,0%
4. NÚMERO DE FILHOS E IRMÃOS POR FAMÍLIA: filhos média 2, irmão média 5
5. MIGRAÇÃO: 23,9% dos professores são naturais de outros municípios do Estado, e de outros Estados, considerados migrante aquele que estava no município entrevistado e natural de outro.
6. ESCOLARIDADE CÔNJUGE: 10,8% não respondeu, 13,0% ensino fundamental completo, 8,6% ensino fundamental incompleto, 23,9% ensino médio completo, 19,5% terceiro grau completo, 2,6% terceiro incompleto, 4,3 com pós graduação, 17,3 solteiros.
7. PROFISSÃO DO PAI: 8,6% professor, 13,0% agricultor, 32,6 serviços gerais 19,5% não respondeu, 13,1% falecido, 13,2% aposentado.
8. PROFISSÃO DA MÃE: 43,4% do lar, 13,0% professora, 8,6% agricultora, 15,2 serviços gerais, 8,6 não respondeu, 2,6% falecida, 8,6 aposentada.

9. FORMAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS DOS PROFESSORES: 73,9% escola pública, 19,5% escola particular, 6,6% não respondeu.
10. FORMAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL: 78,2% escola pública, 17,3% escola particular, 4,5% não respondeu.
11. FORMAÇÃO ENSINO MÉDIO: 67,3% escola pública, 32,7% escola particular.
12. FORMAÇÃO SUPERIOR: 19,5% universidade pública, 67,3% universidade particular, 13,2% não cursou.
13. FORMAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO: 6,6% universidade pública, 41,3% universidade particular, 52,1% não cursou.
14. FORMAÇÃO MESTRADO: 4,2% universidade pública, 2,1% universidade particular, 93,7% não cursou.
15. NOME DO CURSO SUPERIOR: 32,6% pedagogia, 15,2% ciências sociais, 15,2% matemática, 6,5% letras, 17,3% outro curso, 6,5% não respondeu, 6,7% não cursou.
16. NOME DO CURSO DE PÓS: 45,6% não cursou, 8,7% não respondeu, 15,2% didática, 15,2% supervisão e orientação educacional, 15,2% 6,6% história/geografia/sociologia, 8,7% outro.
17. TEMPO DE MAGISTÉRIO: 13,0% entre um e cinco anos, 21,7% entre seis e dez anos, 15,2% entre onze e quinze anos, 13,0% entre dezesseis e vinte anos, 17,4% entre vinte e um e vinte cinco anos, 6,7% entre vinte e seis e trinta anos, 13,0% não respondeu.

18. INGRESSO NO MAGISTÉRIO: 80,4% ingressou na escola pública, 8,8% ingressou na escola particular, 10,8% não respondeu.
19. EM QUE SÉRIE ATUOU NO INÍCIO DA CARREIRA: 32,6% séries iniciais, 36,9% ensino fundamental, 26,0% todas as séries (1° e 2° graus), 4,5% não respondeu.
20. ALÉM DE PROFESSOR QUE OCUPAÇÃO EXERCE: 84,7% não exerce outra função, 13,1% exerce outra ocupação (manicure, agricultor, escriturário, pesquisador, autônomo, comerciante, 2,2% não respondeu.
21. EXERCEU OU EXERCE CARGO NA EDUCAÇÃO: 26,0% sim, 74,0% não.
22. INFLUÊNCIA DOS PAIS NA ESCOLHA DO MAGISTÉRIO: 65,2% nenhuma, 34,8% decisiva.
23. GOSTARIA DE EXERCER OUTRA PROFISSÃO: 56,6% não, 43,4% sim (justificativa, ganhar mais dinheiro).
24. RAZÕES DA ESCOLHA DO MAGISTÉRIO: 60,8% gosto/identidade, 17,3% dificuldade de optar por outro curso, 11,0% única opção na época, 10,9% não respondeu.
25. ASPECTOS GRATIFICANTES DA PROFISSÃO: 10,8% crescimento individual, 43,4% prazer de ensinar, 45,8% o reconhecimento dos alunos.
26. ASPECTOS DESOLADORES DA PROFISSÃO: 71,7% salário, 13,0% desunião, 15,3% carga de trabalho.
27. CARACTERÍSTICAS DO BOM PROFESSOR: (três características) 100% comprometido, 80% atualizado, 54% outras.

28. CARACTERÍSTICAS DO MAU PROFESSOR: (TRÊS CARACTERÍSTICAS) 100% descomprometido, 89% desatualizado, 35% outras.
29. TRÊS FATORES RELACIONADOS COM A COMPETÊNCIA: 65% se consegue com o esforço pessoal, 43% se consegue na sala de aula, 36% se consegue nos cursos de capacitação, 15% não respondeu.
30. QUAL O PAPEL DA UNIVERSIDADE: 47,8% aproximar teoria e prática, 45,6% capacitar com cursos, palestras, experiências, 6,6% contratar professores qualificados para o bom trabalho.
31. PAPEL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTADUAL: 54,3% oferecer cursos de capacitação, 17,3% desburocratizar o processo educacional, 23,8% valorizar a classe, melhorando o salário, 4,6% não respondeu.
32. PAPEL DO SINDICATO: 41,3% lutar pela categoria, 15,2% lutar pelo salário, 10,8% esclarecer sobre leis e direitos, 8,6% auxiliar na capacitação docente, 6,5% não possui influência, 17,6% não respondeu.
33. OBJETIVOS DO PROFESSOR EM SALA DE AULA: 100% ensinar, 54,3% auxiliar na construção de um aluno crítico, 36,9% ser articulador, ganhar dinheiro e aprender, 6,5% não respondeu.
34. ÍNDICE DE FILIAÇÃO DOS ENTREVISTADOS: 63% não, 37% sim.
35. POR QUE SER SINDICALIZADO: 19,5% são conscientes, 34,7% reforçar a representação, 4,3% segundas intenções, 41,5% não sabe.

36. CAUSA DA NÃO SINDICALIZAÇÃO: 31% desinteresse, 27,5% discordância, 20,6% desconhecimento, 13,7% outro motivo, 7,2% não respondeu.
37. CONHECE A POLÍTICA DO SINTE: 69,6% não, 6,5% não respondeu, 23,9% sim. Três responderam sim mas não responderam qual era. As outras opções são: questão partidária, qualidade de ensino, valorização do professor, e defesa da escola pública, sem contato com a base.
38. COMO O SINDICATO PODE SER DIFERENTE: 38,9% lutando, se interessando e unindo a categoria, 43,8% formação, atuação e contato com a base, 17,3% organização sem desprezo, sem autoritarismo e não partidária.
39. PARTICIPA DE GREVES: 32,6% sim, 6,5% as vezes, 2,1% não respondeu, 58,8% não. As justificativas do não: não adianta, desgasta, não sou filiada, eu caio fora quando tem greve, sou act, desconheço, é bagunça, presença de muita política, estou em estágio probatório.
40. ASPECTOS POSITIVOS DA GREVE: 37% união da categoria, 22% conquistas, 28% conscientização, 30% não respondeu.
41. ASPECTOS NEGATIVOS DA GREVE: 59% desunião da categoria, 35% alunos sem aula, 20% falta de organização, 20% não respondeu.
42. OUTRAS FORMAS DE LUTA SUGERIR ALÉM DE GREVE: 20% discussão com pais e alunos, 10% usando os mcm para divulgar a situação, 18% promovendo seminários de estudos, 6% elaborando manifestos/panfletos, 10% paralisação total, 2% estabelecendo negociações, 2% pedindo demissão

em massa, 2% boicotando notas, 2% se envolvendo no partido político, 28% não respondeu e não sugeriu.

43. O QUE PRECISA MUDAR NA ESCOLA: 40% valorização e o estímulo dos docentes, 35% escolha administrativa e forma de contratação, 30% capacitação docente e forma de ensinar, 25% avaliação e conselho de classe, 20% mais participação de pais e alunos, 15% não respondeu.
44. QUANTAS HORAS DE TRABALHO MAIS PREPARAÇÃO: 13% 20 horas, 6,5% 30 horas, 17,3% 40 horas, 13,0% 50 horas, 32,6% 60 horas, 10,8% 70 horas, 2,1% 80 horas, 4,7 não respondeu.
45. SER PROFESSOR SIGNIFICA: 32,6% ser um profissional, 17,3% um mediador, 10,8% mal remunerado, 10,8% portador de um Dom, 8,6% um formador, 11,6% não respondeu, 8,3% um trabalhador.
46. DOENÇA DO MAGISTÉRIO: 50% já se afastaram, 36% não se afastaram, 14% não respondeu.
47. DOS 50% QUE SE AFASTARAM A JUSTIFICATIVA É: 19,5% stress e depressão, 15,2% problemas de saúde, 8,6% pneumonia e gripe, 6,7% gestação.
48. CONSIDERA O PROFESSOR TRABALHADOR: 89,1% sim (profissional), 4,3% não (possui outras denominações/vocacionado), 6,6% não respondeu.
49. DESAFIOS DO MAGISTÉRIO: 39,1% domínio da tecnologia, 10,8% projeto de vida, 13,0% qualidade de vida, 8,6% ensinar, 2,1% respeito, 6,5% questão salarial, 2,1% diminuir a violência, 17,8% não respondeu.

50. COMO O SINDICATO DE VERIA AUXILIAR NA PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: 50% promovendo seminários, encontros, debates, discussões constantes, 25% informar o magistério dos direitos e deveres de forma geral, criar um órgão fiscalizador, 20% valorizar a categoria divulgando ações positivas e definindo uma estratégia coletiva, 25% não respondeu, desconhece, não sugeriu, acha que isso não é o papel do sindicato.



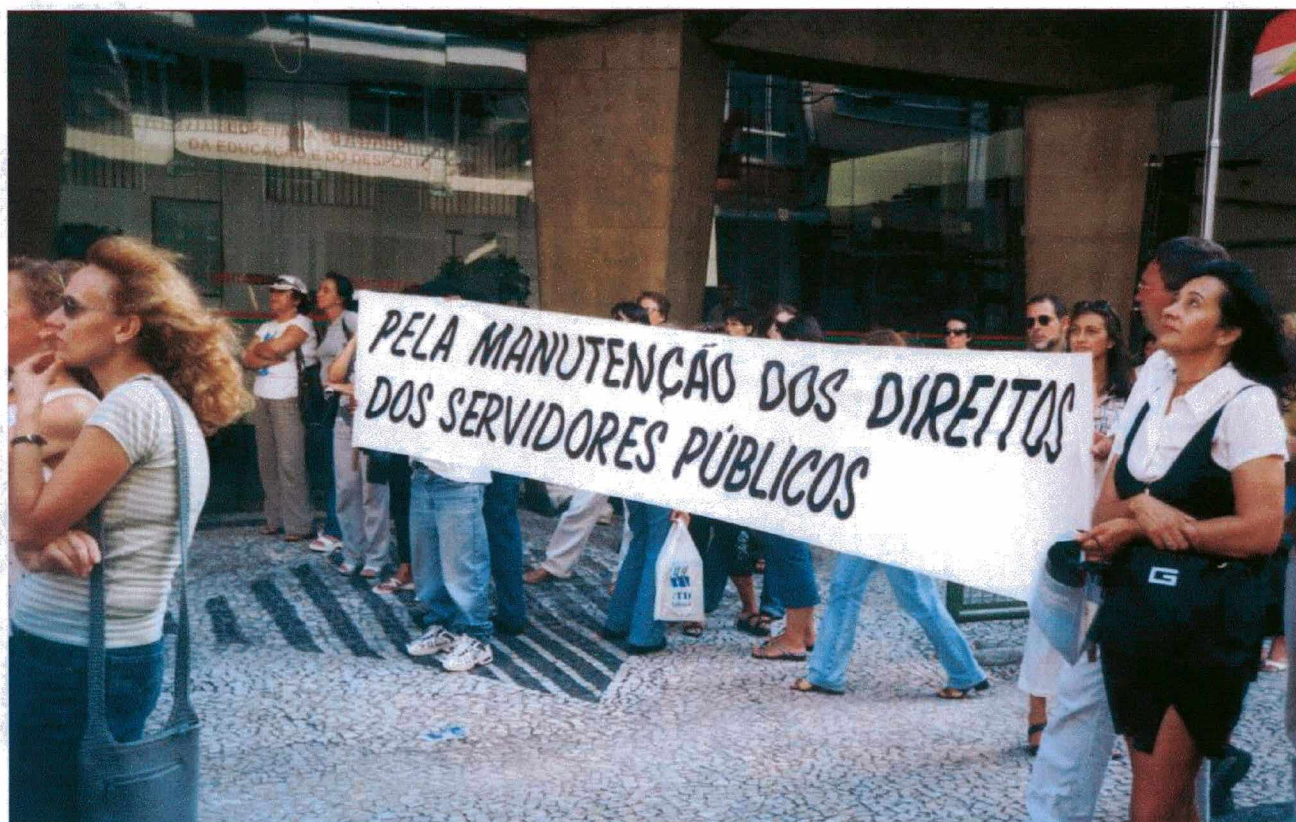
Colégio São José – São Joaquim/SC



Escola de Educação Básica Belisário Ramos – Lages/SC



Manifestação dos Servidores Públicos Estaduais 2000



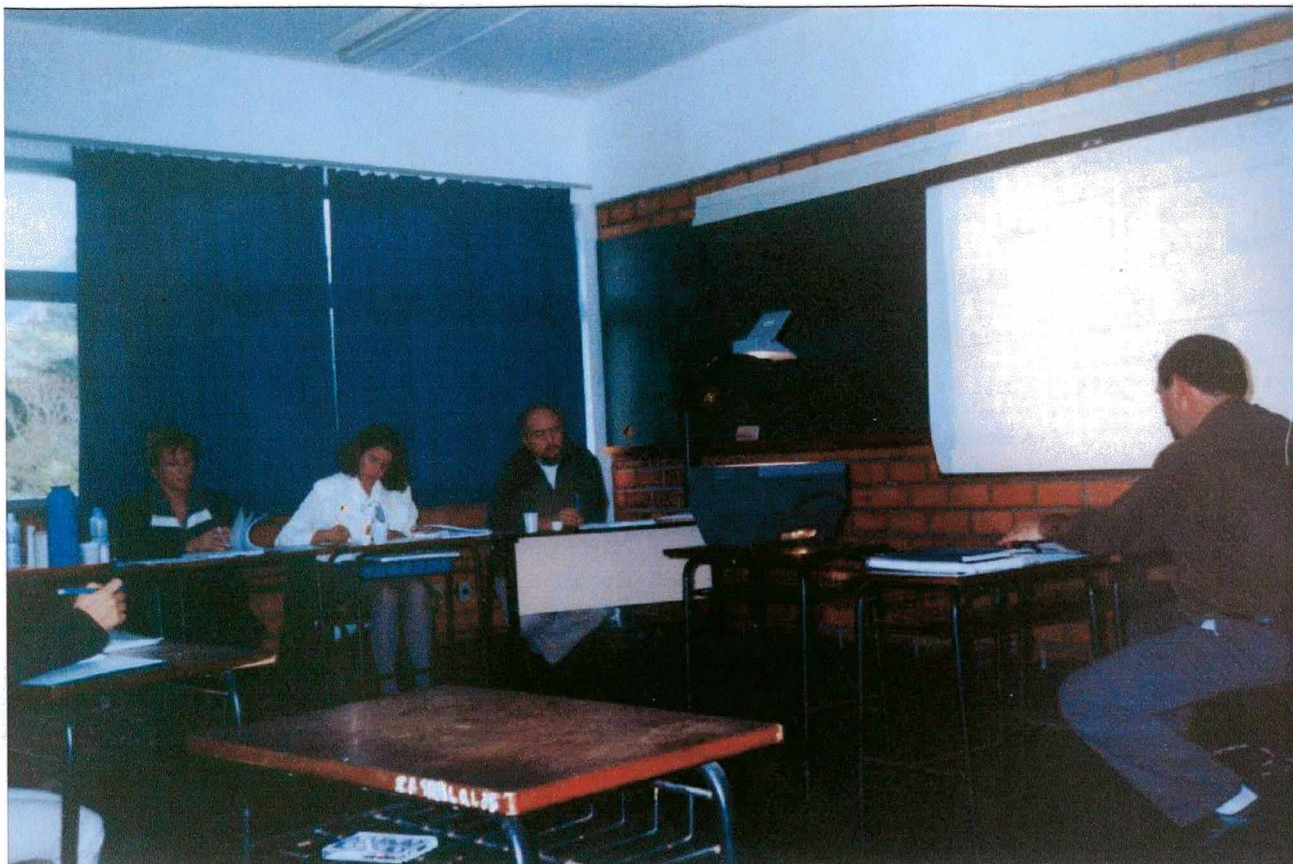
Manifestação dos Professores em frente ao Palácio do Governo – SC



Passeata dos Professores – Calçadão Florianópolis – SC



Passeata dos Servidores 2000



Apresentação da dissertação à banca examinadora



Parecer da banca examinadora